



**Universidade de Brasília
Faculdade UnB Planaltina**

**Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
Especialização *Lato Sensu* em Educação do Campo**

CARTOGRAFIA DAS ESCOLAS DO CAMPO DO DISTRITO FEDERAL

**Rejane de Sousa Moura
Vinícius Batista Pinheiro Marques**

Brasília, 2022



Universidade de Brasília

Faculdade UnB Planaltina

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
Especialização *Lato Sensu* em Educação do Campo

CARTOGRAFIA DAS ESCOLAS DO CAMPO DO DISTRITO FEDERAL

Rejane de Sousa Moura

Vinícius Batista Pinheiro Marques

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado por Rejane de Sousa Moura e Vinícius Batista Pinheiro Marques ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, sob orientação do Prof^o. Dr. Roni Ivan Rocha de Oliveira e coorientação da Prof^a. Dr^a. Eliene Novaes Rocha, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Especialista em Educação do Campo.

Brasília, 2022

CARTOGRAFIA DAS ESCOLAS DO CAMPO DO DISTRITO FEDERAL

Resumo

Brasília foi construída a partir de planejamento. Nos anos 60, o espaço rural do DF foi organizado para produzir alimentos e abastecer a nova capital mediante o desenvolvimento da agricultura familiar local. Contudo, a partir dos anos 70 as políticas públicas de gestão do território rural favoreceram a criação de grandes fazendas produtoras de *commodities*. A partir desse período, a população do DF cresceu além do previsto, pressionando a gestão do território. Assim, outros agentes além do Estado influenciaram na dinâmica espacial. Por seu turno, as escolas localizadas na zona rural das Regiões Administrativas são frutos dessa territorialização. Logo, é importante entender o processo de constituição do espaço rural do DF para compreender a distribuição dessas Escolas do Campo e como elas dialogam atualmente com o território. Para isso, utilizar a “Cartografia Social” pode contribuir com informações, perguntas e interpretações sobre as interfaces entre Escolas do Campo, gestão territorial, política habitacional, economia, questões socioambientais e história do DF. Portanto, é necessário que a Educação do Campo do DF amplie suas informações sobre os territórios onde as escolas se localizam, e como essas unidades podem contribuir para gerar força de atuação das comunidades escolares nos processos de gestão territorial.

Palavra-chave: Escolas do Campo; Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; Cartografia Social; território.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL DO DISTRITO FEDERAL	7
3. O TERRITÓRIO DO CAMPO NO DISTRITO FEDERAL.....	16
4. CARTOGRAFIA SOCIAL DAS ESCOLAS DO CAMPO DO DISTRITO FEDERAL	21
4.1 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Planaltina	24
4.2 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Brazlândia.....	28
4.3 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Ceilândia.....	31
4.4 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Gama.....	34
4.5 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Núcleo Bandeirante.....	36
4.6 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Paranoá.....	39
4.7 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Samambaia.....	42
4.8 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Santa Maria	45
4.9 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – São Sebastião.....	47
4.10 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Sobradinho	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) é a instância do governo distrital responsável pela implementação da política pública da Modalidade Educação do Campo no âmbito da rede pública de ensino do DF, consolidada por seus marcos históricos, conceituais e normativos.

Historicamente, os marcos conceituais dessa política de Educação do Campo antecedem os marcos normativos da Modalidade (DISTRITO FEDERAL, 2019). Neste movimento de fortalecimento crescente, o Programa Escola da Terra - UnB/MEC/SEDF emerge como uma política específica que tem contribuído para o processo formativo dos educadores do campo do DF.

Durante a definição do presente trabalho de conclusão de curso, foi observada a necessidade de analisar alguns aspectos da distribuição espacial das escolas do campo nos territórios rurais, sendo o campo um elemento central desta Modalidade Educacional. Neste sentido, destacamos a importância de se identificar contradições espaço-territoriais e as conexões históricas entre a gestão do espaço rural do DF e a gestão das políticas públicas educacionais, em especial, para esta Modalidade.

O objetivo deste estudo foi identificar as interfaces entre a gestão do espaço rural na história recente do DF e a implementação de políticas públicas educacionais, especialmente, na Educação Básica, com a instituição das escolas públicas na zona rural do então território geopolítico do Distrito Federal. Assim, essa pesquisa reuniu subsídios que colaboram com a SEEDF e com outros pesquisadores para entender a oferta de educação pública nas comunidades rurais.

Esse estudo considerou também o cruzamento de dados econômicos e educacionais, apresentando informações relacionadas ao perfil econômico da zona rural das Regiões Administrativas Locais, como unidades territoriais geopolíticas de governo, a nível distrital, onde estão as escolas e aprofunda a história da Educação do Campo do DF.

Imbuídos das questões acima e dos aspectos metodológicos apontados, tecemos elementos de uma cartografia social. Este método propõe que os sujeitos historicamente excluídos da produção do conhecimento científico se apropriem de procedimentos específicos da Ciência Cartográfica para representar e interpretar o espaço de estudo. Nesse caso, o que nos legitima é a experiência enquanto sujeitos

de comunidades escolares do campo. A partir do domínio das ferramentas, a finalidade da cartografia social realizada por nós foi questionar e correlacionar aspectos da historicidade e da espacialidade dos territórios com base em contradições observadas na dinâmica e complexidade expressa na Educação do Campo do DF junto aos seus diversos territórios.

Nesses termos, destacamos que a comunidade escolar constrói um ideário sobre a dinâmica territorial e dos sujeitos que podem subsidiar um mapeamento em torno das representações do espaço que ocupam. Essa nuance favorece o aperfeiçoamento e a gestão do território a partir da inclusão da perspectiva, para além das distantes informações oficiais ou da erudição acadêmica.

Portanto, nós, sujeitos pesquisadores, na condição de professores da rede e parte da comunidade escolar da Educação do Campo, nos propusemos a utilizar a Cartografia Social para levantar questões e tecer interpretações a partir da representação do espaço mediante o estudo dos mapas oficiais e daqueles elaborados por nós.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL DO DISTRITO FEDERAL

Consideramos que o campo é o território original de todo o Distrito Federal e de suas escolas, sendo assim reconhecido na sua condição natural de cerrados, ainda bem antes da demarcação geopolítica do DF, bem como da transferência e inauguração da nova capital federal para essa região.

Para este trabalho é importante demarcarmos também que o perfil dos espaços, lugares e sujeitos que compõem a comunidade campesina são produtos atrelado à diversidade e a este complexo sociocultural dos territórios, sendo fortemente marcados pela historicidade dos lugares e territórios que ocupam, sendo esses aspectos dinâmicos e que repercutem na gestão das políticas à nível central, intermediário e local, bem como no planejamento pedagógico das unidades escolares.

Nesse contexto, desde antes da fundação da cidade de Brasília, essa região era reconhecida como parte do território goiano ou mesmo antes da chegada dos europeus, quando era um campo de cerrado. Embora a unidade básica do campo, a terra, tenha permanecido nos lugares, as históricas e complexas mudanças que se deram sobre ela culminaram e ainda desvelam uma complexa teia de contradições políticas e territoriais. Em referência aos lugares do Distrito Federal, destacamos as escolas que ofertam a Modalidade Educação do Campo.

Com a evolução histórica brasileira, houve um longo e violento processo de colonização do interior do país, na região do Planalto Central, especialmente com a chegada dos bandeirantes no século XVII em busca de minérios preciosos e indígenas a escravizar. Esse fato levou a um intenso e contínuo processo de expansão urbana e rural, com consequentes alterações no uso dos recursos naturais, nas paisagens dos lugares e sobre os povos goyazes da região, os cerratenses. A chegada das bandeiras e das missões religiosas, deu início às grandes disputas políticas. Essas são contradições sociais e culturais no campo da região goiana e mineira, que inclui, entre outros espaços, as áreas do atual Distrito Federal (BARBOSA & ARAÚJO, 2020).

Assim, desde o período colonial, os diferentes lugares do Brasil central tiveram baixa densidade demográfica, quando comparados com os lugares que hoje o constituem, tendo sido constituídos basicamente por comunidades indígenas remanescentes e territórios quilombolas tradicionais.

Com os processos colonizatórios, deu-se o povoamento mediante ações políticas de interiorização e exploração dos governantes, onde prevaleceu um violento processo de etnocídio de povos originários da região, com o extermínio de aldeias indígenas, bem como na busca e captura de escravos indígenas e quilombolas. Essa prática coincidiu com a exploração e busca de riqueza de potencial mercantil, especialmente, para Europa, marcada pelos minérios e garimpos de ouro.

Em um segundo momento prevaleceu a posse de grandes propriedades rurais para a criação de gado, bem como a expansão de pequenas propriedades de agricultores tradicionais. Por razões de estratégia militar, a partir do período imperial, surgiu a ideia de transferir a capital do país do litoral para regiões internas do território. Para esta finalidade, no final do séc. XIX, o Congresso Nacional aprovou expedição rumo ao interior para desenvolver estudos de mudança da capital.

No entanto, apenas na década de 1940 foi estimulada a ocupação da região central do Brasil para produção agropecuária, porém obtendo pouca mudança na estrutura fundiária do interior. Já em 1955, foi eleito o presidente Juscelino Kubitschek. Seu principal projeto era transferir a capital para o centro do país, cumprindo o disposto na Constituição da República. Outro grande objetivo da mudança era integrar o território e desenvolver o interior.

Para isso, foram recuperados estudos topográficos para a escolha do local. Assim, como divisa do Distrito Federal, foi definida uma área de 5.802 km² no alto regional do planalto central, no centro-leste do Estado de Goiás. Com relevo de padrão plano a suave ondulado, com inclinações, morros residuais e vales com limites nos rios Paranoá, São Bartolomeu, Preto, Maranhão e Descoberto (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Neste território havia grandes fazendas antigas, as quais foram desapropriadas pelo Estado de Goiás em benefício do novo ente federativo. Para encaminhar a empreitada, em 5 outubro de 1955 o governo goiano editou o Decreto nº 1.258 para criar a “Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital”. Esta medida foi uma resposta à omissão do governo federal para avançar na implementação das mudanças da capital. Foram realizados trabalhos complexos de levantamento cartorial e medição do território nas propriedades rurais que seriam desapropriadas nos três municípios de Formosa, Luziânia e Planaltina (SILVA, 2016).

Assim, foi elaborado um mapa consolidado das fazendas goianas que se localizavam onde seria o Distrito Federal (Figura 1). Este foi o primeiro mapa oficial a consolidar os territórios rurais, tendo sido criado pelo engenheiro Joffre Mozart Parada, foi intitulado “Novo Distrito Federal - Planta Índice Cadastral”. Ressalte-se que o mapa foi colorido pela esposa do engenheiro, a desenhista Mercedes Ribas Parada, a quem merece os créditos artísticos da importante e histórica tarefa. Portanto, este foi o primeiro mapa oficial a representar as dimensões do projeto sobre as propriedades registradas no território para organizar sua desapropriação e se tornar o Distrito Federal (SILVA, 2016).

Figura 1 – O Primeiro Mapa do Distrito Federal “Novo Distrito Federal: Planta índice cadastral” (em lápis colorido, foram demarcadas as fazendas ou propriedades de terra originais presentes na região).



(publicado por SILVA [2016]).

O historiador Elias Manoel da Silva (2016), pesquisador do Arquivo Público do Distrito Federal, questiona os motivos da falta de publicidade para este mapa tão importante. O pesquisador ressalta que as causas podem ser diversas, mas oferece

uma reflexão pertinente. Ao realizar a cartografia do novo Distrito Federal, o mapa criado por Joffre Mozart Parada mostra que na região havia muitas fazendas, com a cultura rica e singular de sua população. Já os progressistas, anunciava haver “um grande deserto no planalto central”, ávido a ser ocupado. Mas o mapa contradiz este discurso colonial urbanístico moderno ao mostrar o tempo longo, o tempo das fazendas centenárias.

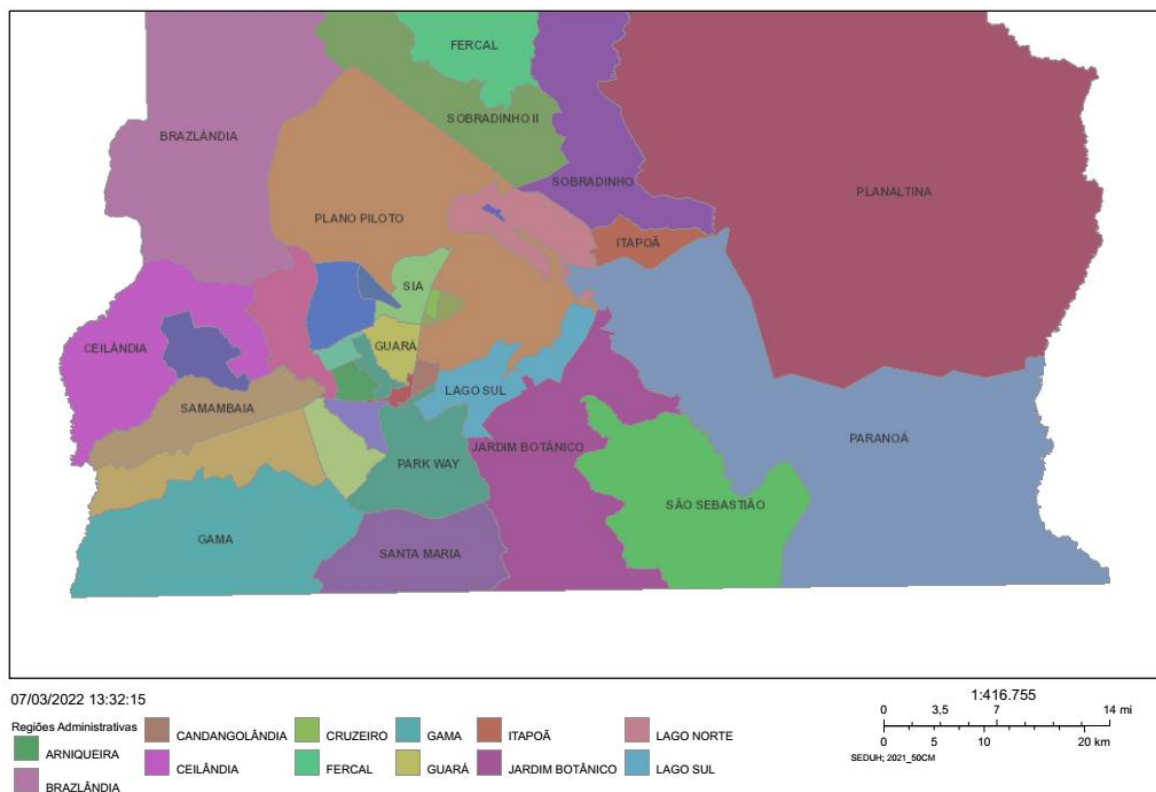
Portanto, o tipo de perspectiva manifestado na representação humanista do primeiro mapa do Distrito Federal entrava em colisão direta com o discurso civilizatório dos que chegavam. O tempo do litoral não conseguiu perceber a riqueza do tempo sertanejo. Essa contradição de fundo teria relegado o mapa ao esquecimento. (SILVA, 2016)

Assim, após a transferência de titularidade do território para o poder político do Distrito Federal mediante a desapropriação das fazendas – nas décadas seguintes à criação de Brasília, foram elaboradas diferentes políticas públicas para reativar, modernizar e aumentar a produção das atividades agropecuárias da região, fragilizadas pelo desmonte das antigas fazendas centenárias. Desse modo, além do grandioso plano urbanístico, era necessário elaborar um plano para abastecer de alimentos a nova capital. Haja vista que os suprimentos para a população inicial eram trazidos do longínquo Estado de São Paulo, encarecendo os produtos e comprometendo sua qualidade (AMADO, 2018).

No seu aspecto político, a divisão do Distrito Federal é *sui generis*, pois a Constituição Federal vigente não permite a divisão do ente em municípios. Desse modo, a gestão do território no DF é organizada em Regiões Administrativas (RA) ligadas ao poder executivo central, sem autonomia política ou financeira. Atualmente o Distrito Federal possui 33 RA, conforme demonstrado na figura 2.

Acompanhando a dinâmica e mudanças geopolíticas dos espaços que vêm abrangendo historicamente os territórios das RA estão as unidades escolares (UE) que ofertam a Educação do Campo no DF e as unidades intermediárias de Coordenação e Gestão das Políticas de Estado de Educação do Campo, situadas nas Unidades Intermediárias (UniEB) das Coordenações Regionais de Ensino (CRE), concebidas para estarem presentes em todas as RA, representando de forma intermediária a SEEDF, mas que atualmente não têm representação em todas as RA que compõem o DF, dada complexidade e dinâmica peculiar a cada uma destas unidades geopolíticas.

Figura 2 – Regiões Administrativas do Distrito Federal



Fonte: SEDUH/GEOPORTAL, 2022.

No projeto original, o espaço urbano do DF era constituído pela cidade de Brasília. Contudo, a resistência das classes populares de operários para permanecer na nova capital elevou o crescimento populacional acima do plano inicial, o que exigiu medidas do poder público ao longo das décadas de 60, 70 e 80. Assim, o Estado organizou o povoamento do território alocando as famílias de trabalhadores em cidades dispersas no território, distantes da nobre área central (PAVIANI, 2022).

Neste modelo de polinucleamento, ao centro está a cidade de Brasília (Região Administrativa I), e as demais localidades urbanas distantes entre 20 e 60 km do centro, distribuídas de forma heterogênea nos 5.800 km² do DF. Estas ficaram conhecidas como “cidades dormitório”, uma vez que os postos de trabalho e o comércio se concentravam em Brasília. Paviani (2022) considera esse processo uma construção injusta do espaço urbano, pois a população pobre foi sucessivamente transferida para pontos distantes do Plano Piloto, separada por espaços desocupados, concentrando-se na porção oeste do Distrito Federal.

Com a virada do milênio, as políticas habitacionais estatais já se mostravam insuficientes para sanar a demanda reprimida por moradia. Assim, os processos de

fracionamento irregular do solo para ocupação com características urbanas foram intensificados, especialmente nas áreas rurais limítrofes às bordas das cidades. A partir de então, Brasília passa a ser considerada região metropolitana, com características e problemas socioambientais já conhecidos nas grandes cidades brasileiras mais antigas. A fase contemporânea do Distrito Federal mostra um ritmo de transformação territorial acelerado, nas quais forças especulativas, políticas e institucionais pressionam as áreas rurais para a urbanização irregular (ANJOS, 2015).

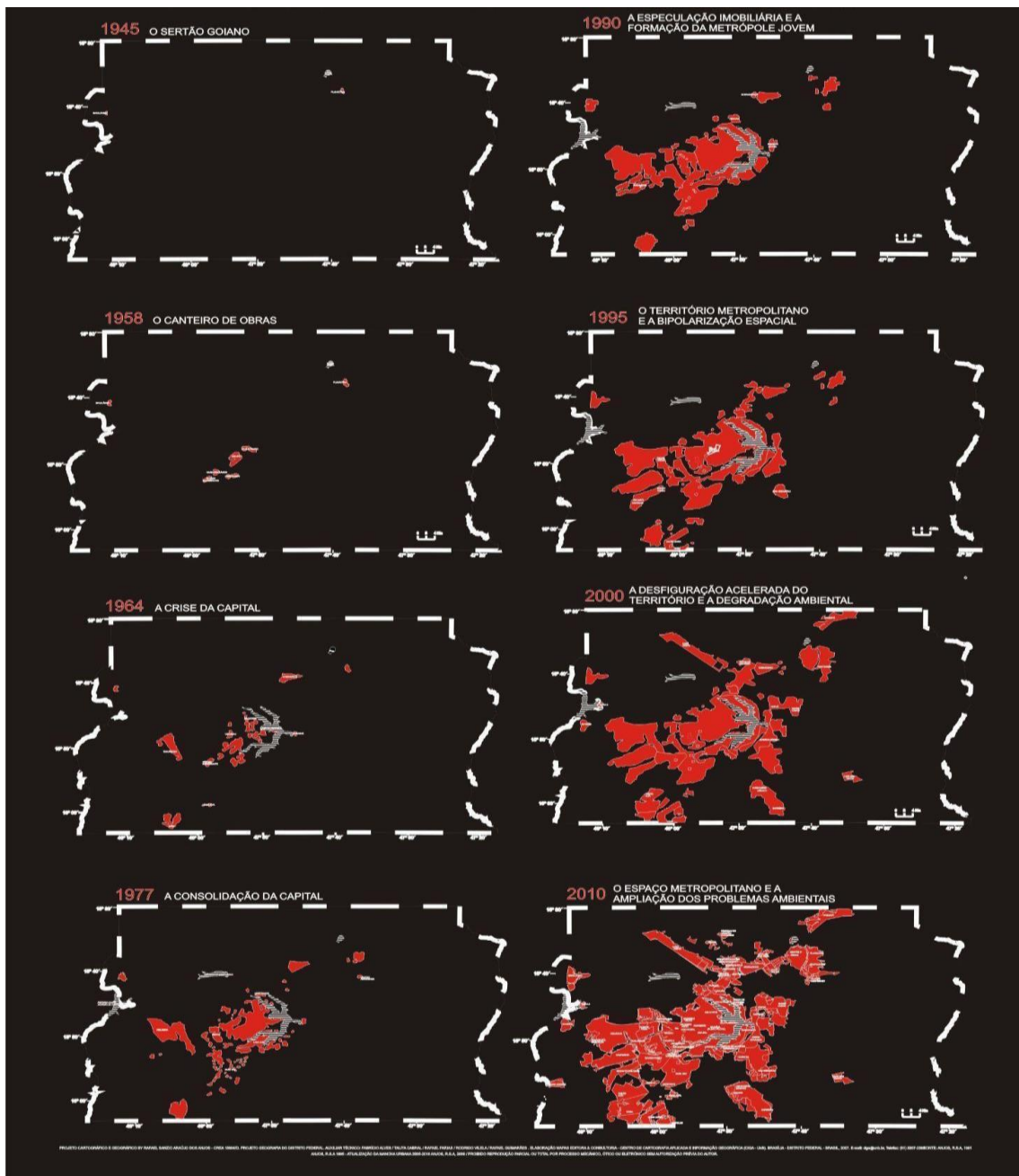
O período de 2010 até março de 2022 é caracterizado pela diversificação na gestão urbana, com o avanço das ocupações irregulares, regularização de condomínios de classe média e fortalecimento de programas habitacionais oficiais. Os programas oficiais, alinhados à política do Governo Federal, ofereceram, por exemplo, moradias subsidiadas no Setor Habitacional Mangueiral, Paranoá Parque e Parque do Riacho Fundo II. Contudo, essas iniciativas foram insuficientes para atender a demanda reprimida. Portanto, o poder público passou a regularizar condomínios de classe média em regiões consolidadas, como o Setor Habitacional Jardim Botânico, Vicente Pires, Grande Colorado e Taquari (ROCHA, 2021).

O início dos processos de regularização, a partir de 2010, estimulou as forças que executam o parcelamento irregular de imóveis rurais. Investidores e pessoas que falsificaram ou adulteraram documentos (grileiros), buscando o lucrativo mercado do parcelamento irregular, intensificaram a compra de chácaras próximas à malha urbana das regiões administrativas já estabelecidas. Nesse processo se destacam as RA mais distantes da região nuclear central de Brasília, como Taguatinga, Gama, Brazlândia, Sobradinho, Ceilândia, Paranoá e São Sebastião. Merecem atenção outras inúmeras ocupações urbanas em áreas rurais em todo o Distrito Federal, inclusive mais próximas a área mais central como, territórios das RA do Lago Sul, Lago Norte, Águas Claras e Guará. Neste contexto, é observado que políticos com fins eleitorais se aproximaram das associações de moradores dos novos parcelamentos para fortalecer essa movimentação. Por outro lado, os órgãos de fiscalização e gestão territorial do Estado ficaram enfraquecidos diante da pressão multisetorial (ROCHA, 2021).

A presente pesquisa identificou que houve dois processos concomitantes de gestão do território, um oficial e outro irregular. No primeiro momento, desde o início do planejamento do DF, os núcleos urbanos fora do Plano Piloto foram organizados e

implementados a partir de pressão popular por habitação das classes baixas. Nesse período inicial da Nova Capital o Estado foi o principal ator da gestão territorial. Ao longo da consolidação das forças políticas no DF, em meados dos anos 1990, o poder público passou a perder protagonismo para o mercado imobiliário como definidor do Crescimento urbano, o que causou descaracterização de áreas rurais, como mostra a figura 3, além de segregação social, maior desigualdade e consequente desequilíbrio ambiental (ROCHA, 2021).

Figura 3 – Monitoramento da Expansão da Mancha Urbana no Distrito Federal 1945 – 2010.



Fonte: Anjos (2012) – com adaptações.

Assim, ao longo das décadas, a gestão do território do DF foi guiada por um enredo complexo. Forças políticas ligadas ao mercado imobiliário se apropriaram do Estado e ditaram a gestão urbana, controlando a oferta de novas moradias, elevando o preço dos imóveis regularizados, favorecendo as classes abastadas e os beneficiários da especulação. Para Bogo, (2010) essa apropriação do Estado pela

lógica de consumo implica uma grande contradição estrutural, a perda de direitos. Quem pode pagar por imóveis regulares, desfruta. Quem não pode, é excluído para longe do centro. Por outro lado, o Crescimento demográfico das classes populares encontrou governos populistas para criar cidades em troca de apoio eleitoral.

Diante disso, é fundamental que as Escolas do Campo do DF e os gestores públicos compreendam a história da dinâmica territorial do DF e seus prognósticos, especialmente as transformações do espaço rural. Para isso, a presente pesquisa apresenta a localização espacial das escolas do campo, dados atuais sobre a população e economia camponesa do DF.

Como a proposta é realizar um estudo cartográfico das escolas no espaço rural, foi utilizada a metodologia da “Cartografia Social” para produzir essas representações. Foram utilizados mapas políticos do DF, imagens de satélite atualizadas e dados da SEDF. Na análise foram consideradas a evolução dos territórios do DF, a distribuição das escolas nos territórios, o público atendido e o perfil atual das escolas e comunidades.

3. O TERRITÓRIO DO CAMPO NO DISTRITO FEDERAL

A narrativa oficial da construção de Brasília se concentrou na expansão da área urbana. Esta visão é apenas um recorte de análise do espaço. Portanto, faz-se necessário agregar uma escala maior, que engloba todo o território do Distrito Federal: o espaço rural.

Para fomentar a produção agrícola local e abastecer a população em Crescimento, o Estado, como principal agente territorializador, criou o “Departamento de Terra e Agricultura” ainda na década de 1960. Este órgão demarcou 30.000 hectares para organizar a vida e o trabalho dos agricultores que chegavam à nova capital. Foram divididos Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas com lotes de 5 a 50 hectares destinados à agricultura, com expansão para 100 ha se fossem destinados à pecuária. Esta estratégia de gestão do território favoreceu maior distribuição e menor concentração de terra. Por outro lado, na década de 1970, os planos do regime militar fortaleceram a agricultura mecanizada moderna, empreendendo a demarcação de grandes propriedades, incentivos governamentais e farto financiamento. (AMADO, 2018)

Como demonstrado no histórico, a partir dos anos 2000, o principal fator para a transformação do território rural foram os parcelamentos irregulares em áreas adjacentes às cidades, vide Sol Nascente/Pôr do Sol, Ponte Alta Norte, 26 de Setembro. Ou em áreas nobres de localização estratégica em relação ao Plano Piloto, como Vicente Pires, Grande Colorado e Jardim Botânico.

De acordo com o censo de 2010, a população total do DF era de 2.570.160 habitantes. A população camponesa era de 88.475. Não foi realizado o esperado censo de 2020. Já no censo agropecuário de 2017 (BRASIL, 2017) foram contabilizadas 22 mil pessoas ocupadas em atividades agropecuárias no DF. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) catalogou no DF 257 mil hectares de áreas rurais, divididos em 5,2 mil estabelecimentos agropecuários (BRASIL, 2017).

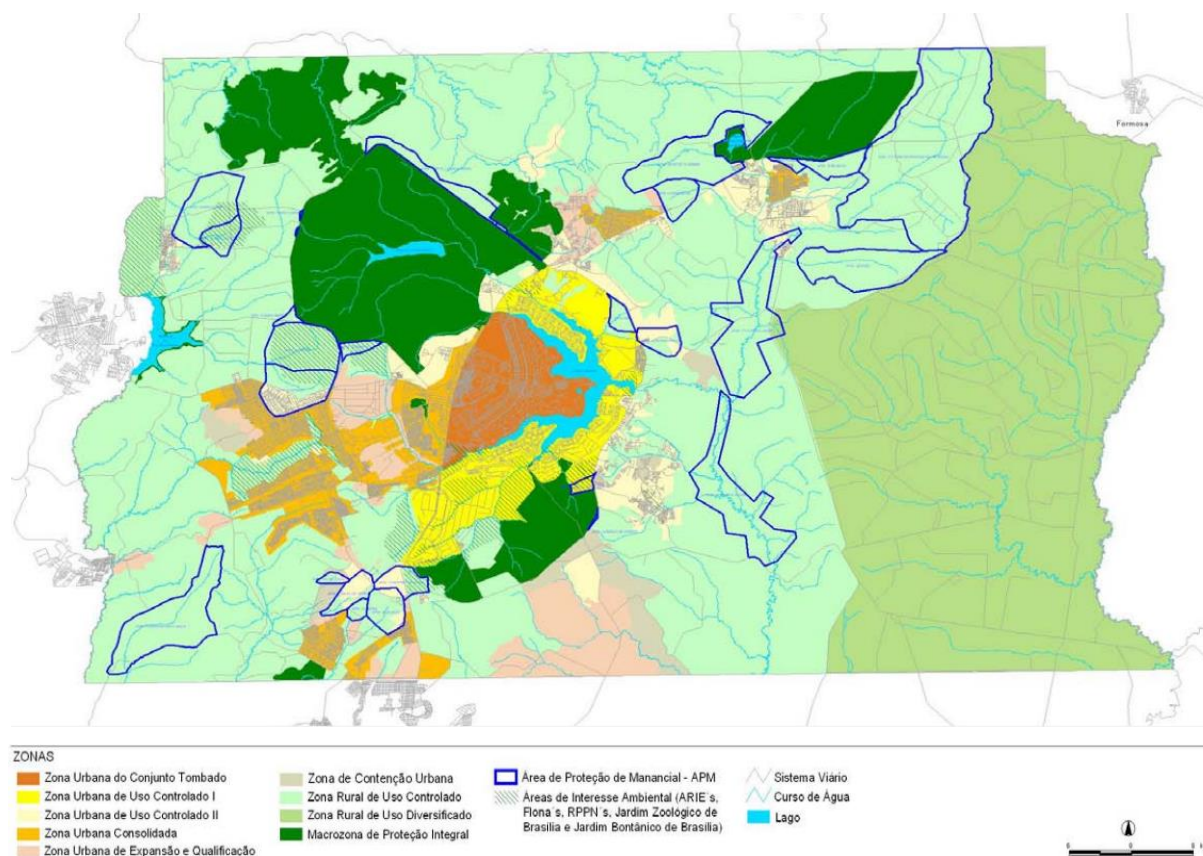
Quanto à gestão oficial do território, a Lei Complementar nº 803/2009, Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), organiza o território em três “Macrozonas”: Urbana, Rural e de Proteção Integral, vide figura 4. O texto legal assenta que a Macrozona Rural é o espaço geográfico não urbano, com múltiplas finalidades

produtivas e ambientais. O dispositivo classifica esta Macrozona em dois tipos de composição:

a) Zona Rural de Uso Diversificado - aquela com atividade agropecuária consolidada, onde predomina a agricultura comercial, cuja vocação rural e verticalização da produção devem ser reforçadas e incentivadas, respeitando a capacidade de suporte socioeconômico e ambiental da bacia hidrográfica.

b) Zona Rural de Uso Controlado - cuja maior característica são as áreas de atividades de pequena produção e comerciais, sujeitas às restrições e condicionantes impostas pela sua sensibilidade ambiental e pela proteção dos mananciais destinados à captação de água para abastecimento público. A lei ressalta que a Zona Rural de Uso controlado deve compatibilizar as atividades produtivas com a conservação natural, a recuperação ecológica, a proteção hídrica e a valorização dos atributos naturais.

Figura 4 – Zoneamento do Distrito Federal.



Fonte: SEDUH. PDOT - Documento Técnico – 2017.

Acerca da distribuição dos imóveis rurais, verifica-se na tabela 1 a desproporcional concentração de terra em imóveis particulares no Distrito Federal em

2013. A categoria amarela (grifo nosso) mostra os imóveis com área entre 0 e menos de 20 ha. Este grupo corresponde a 81,3 % dos imóveis rurais privados, ocupando uma área de apenas 13,5% das terras particulares. Ressalte-se que neste grupo está a maioria dos imóveis rurais do DF, 6.342 propriedades, com área entre 1 e menos de 5 ha, que representam 55,8% dos imóveis e apenas 5,1% da área rural privada. Ou seja, pouca terra para muitos proprietários. (CODEPLAN, 2015)

A categoria laranja representa os imóveis com área entre 20 e menos de 100 ha. Com 13,6% das propriedades, 1.550 estabelecimentos, ocupando 21,3% do território particular. Já a categoria azul mostra as propriedades com mais de 100 ha, com 5% das propriedades e ocupando 65,2% das áreas particulares. Neste grupo, destaca-se o subgrupo de 100 a menos de 500 ha, com 4,2% das propriedades privadas (478 estabelecimentos), ocupando 31,8% do território rural particular. (CODEPLAN, 2015)

Esses dados mostram grande concentração de terra ao passar das décadas, apesar dos programas de assentamentos rurais familiares no início de Brasília. Apenas 4,2% das propriedades concentram 31,8% das terras rurais particulares, e 55,8% das propriedades disputam apenas 5,1% do território privado. (IBGE, 2017; CODEPLAN, 2015).

Tabela 1 - Situação Jurídica dos Imóveis Rurais sob detenção Particular por classes de área total, DF – 2015.

CLASSE DE ÁREA	TOTAL				DE TENÇÃO PARTICULAR				DE TENÇÃO PÚBLICA			
	Imóvel	%	Área (há)	%	Imóvel	%	Área (há)	%	Imóvel	%	Área (há)	%
TOTAL	11.416	100	421.272,32	100	11.356	100	310.004,49	100	60	100	111.267,89	100
Mais que 0 e menos que 1	162	1,4	76,19	0	162	1,4	76,19	0	0	0,0	0	0,0
De 1 a menos de 5	<u>6.342</u>	55,6	15.817,27	3,8	6.342	<u>55,8</u>	15.817,27	<u>5,1</u>	0	0,0	0	0,0
De 5 a menos de 10	1.649	14,4	10.636,09	2,5	1.649	14,5	10.636,09	3,4	0	0,0	0	0,0
De 10 a menos de 20	1.087	9,5	15.235,03	3,6	1.084	9,5	15.189,03	4,9	3	5	46	0
DE 0 A MENOS DE 20	9.240	80,9	41.764,58	9,9	9.237	<u>81,3</u>	41.718,58	<u>13,5</u>	3	5	46	0
De 20 a menos de 50	1.092	9,6	33.509,43	8	<u>1.084</u>	9,5	33.268,59	<u>10,7</u>	8	13,3	240,84	0,2
De 50 a menos de 100	469	4,1	32.960,24	7,8	<u>466</u>	4,1	32.777,75	<u>10,6</u>	3	5	182,49	0,2
DE 20 A MENOS DE 100	1.561	13,7	66.469,67	15,8	1.550	<u>13,6</u>	66.046,34	<u>21,3</u>	11	18,3	423,33	0,4

De 100 a menos de 500	494	4,3	103.546,47	24,6	478	4,2	98.649,49	31,8	16	26,7	4.896,97	4,4
De 500 a menos de 1000	66	0,6	45.514,98	10,8	59	0,5	39.724,56	12,8	7	11,7	5.790,42	5,2
De 100 a menos de 2000	30	0,3	41.390,41	9,8	23	0,2	31.518,61	10,2	7	11,7	9.871,81	8,9
De 2000 a menos de 5000	17	0,1	55.113,45	13,1	8	0,1	27.012,62	8,7	9	15	28.100,83	25,3
De 5000 e mais igual e acima	8	0,1	67.472,83	16	1	0	5.334,30	1,7	7	11,7	62.138,53	55,8
IGUAIS E ACIMA DE 100	615	5,4	313.038,14	74,3	569	5	202.239,58	65,2	46	76,7	110.798,56	99,6

Fonte: CODEPLAN, 2015 (grifo nosso)

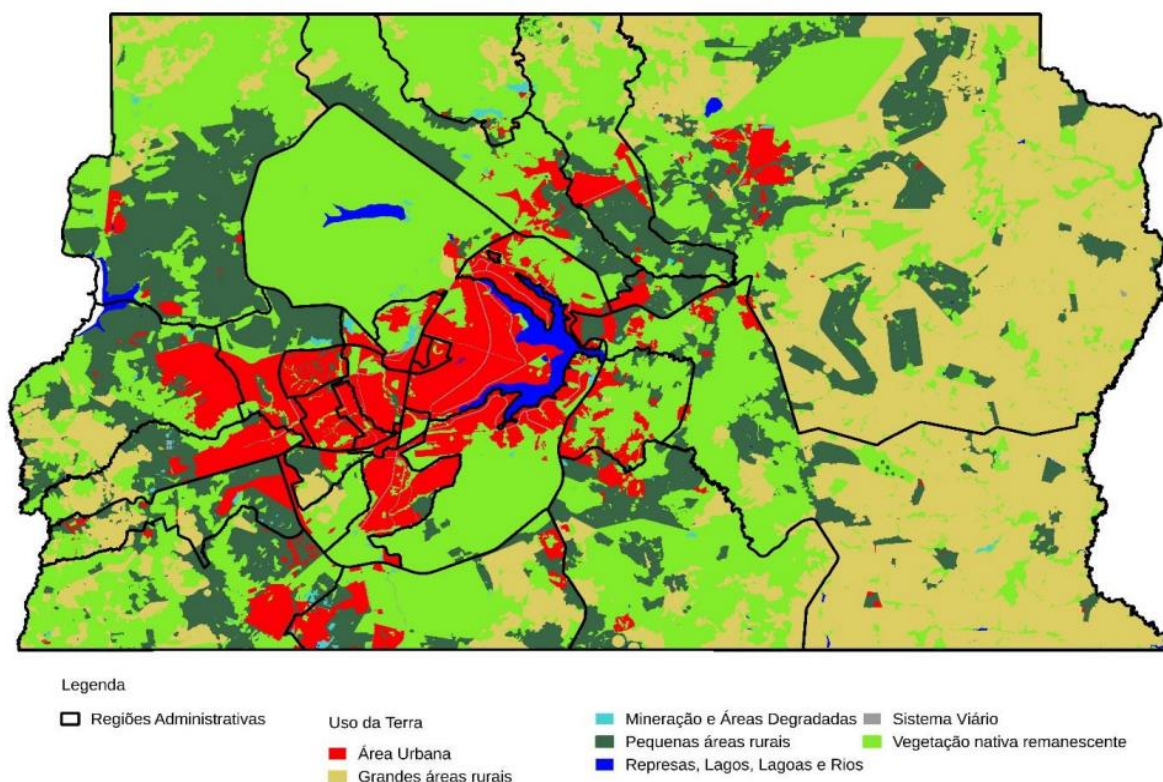
Além da concentração das terras, a gestão ambiental da zona rural é um fator sensível no DF. A partir do cruzamento dos dados da Figura 4 e Tabela 1, é possível inferir que a maior parte das propriedades rurais do DF estão localizadas na Zona Rural de Uso Controlado. Isso mostra a sensibilidade dessas áreas, pois são espaços que integram, sustentam e tensionam trabalho humano e sistemas ecológicos complexos.

Segundo pesquisa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/DF) em 2020, a produção em grandes áreas de monocultura foi concentrada em soja, milho e feijão, correspondendo a 90,92% de área plantada e 83,94% da produção em toneladas nesta categoria. Já no segmento de hortaliças e legumes, no DF se destacam alface, milho verde e tomate com cerca de 27% da área plantada na categoria e 25,45% da produção em kg. A principal característica da produção em pequenas propriedades no DF é a diversidade de itens neste segmento. A variabilidade de cultivares ocupa 60,88% da área plantada e corresponde a 55,16% da massa produzida. (EMATER, 2020)

Portanto, apesar das políticas públicas de assentamento familiar, o cruzamento dos dados oficiais demonstra que o DF concentra grandes porções de terra em poucas propriedades de agricultura industrial. Por outro lado, existem muitas propriedades de agricultores familiares, que são pequenas, disputando um espaço inversamente proporcional ao das terras. Além disso, as regiões de agricultura familiar estão em territórios ambientalmente sensíveis (figura 5). Este fator ecológico é de suma importância para toda a sociedade, o que transcende à questão agrária.

O campo é um espaço complexo, congregando diversos atores sociais e tensões inerentes. A virada de século aponta que a urbanização do espaço rural e a questão socioambiental são problemas centrais. Assim, o sistema educacional do DF, especialmente as Escolas do Campo necessitam se apropriar, tecer críticas e dialogar com suas comunidades escolares sobre a gestão territorial do DF.

Figura 5 - Uso da terra no DF.



Fonte: CODEPLAN (2015)

4. CARTOGRAFIA SOCIAL DAS ESCOLAS DO CAMPO DO DISTRITO FEDERAL

Como discurremos anteriormente, o Distrito Federal está dividido em 33 Regiões Administrativas, mas as Unidades Escolares possuem uma organização diferente, de acordo com a Coordenação Regional de Ensino (CRE) a qual estão vinculadas e, é dessa forma, que as Escolas do Campo serão apresentadas neste capítulo em uma cartografia social da Educação do Campo no DF.

A Cartografia Social (CS) corresponde a um instrumento que privilegia a construção do conhecimento popular, simbólico e cultural elaborado sob os preceitos da coletividade onde os diferentes grupos sociais expressam seus anseios e desejos (GORAYEB; MEIRELES; SILVA, 2015). Lima; Costa (2012) enfatizam que a CS pode ser compreendida como meio técnico, busca registrar relatos e as representações no processo de auto mapeamento, propiciando a identificação de situações inerentes a conflitos na forma de uso do território em questão.

Para esta CS da Educação do Campo no DF partimos das visões e experiências dos pesquisadores destes trabalhos, professores que atuaram e atuam na Educação do Campo da rede pública do DF, como sujeitos sociais pertencentes à comunidade escolar da Educação do Campo do DF, e juntamos a dados da CODEPLAN e do Censo Escolar mais recente, fazendo cruzamentos e correspondências com a distribuição e localização das unidades escolares, utilizando-se da geolocalização por registros e imagens de satélites via Google Earth.

Os dados aqui apresentados compõem o Censo Escolar DF que é o principal instrumento de coleta de informações sobre a educação básica no Distrito Federal. Reúne, entre outros, os seguintes dados: cadastro das escolas, número de salas de aula, turmas, matrículas, professores(as) e rendimento escolar. Os indicadores abrangem as diferentes etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e modalidades (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional).

Cabe esclarecer que no Censo DF 2021 e mesmo em anteriores não há nenhuma menção ou dados específicos sobre a modalidade Educação do Campo, porém os dados apresentados a incorporam de um modo geral. Sendo uma modalidade consolidada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

(SEEDF) por meio da Portaria nº 419 de 20 de dezembro de 2018 e apresentando suas singularidades, pensamos ser de grande relevância e de interesse, tanto público quanto acadêmico, que os dados do Censo Escolar pudessem trazer informações específicas sobre a Educação do Campo para o fortalecimento das políticas públicas. Com esse “apagamento” da modalidade de Educação do Campo nos dados do Censo Escolar, nos cabe uma proposição: se consideramos que os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento dialogam com a proposta de Educação do Campo seria de grande importância a elaboração, a construção coletiva de um caderno ou orientação pedagógica que contemple, que trate especificamente da organização curricular para esta modalidade, buscando assim fortalecer a identidade das escolas do campo e o sentimento de pertença dos seus sujeitos na e da comunidade escolar.

Até a publicação deste trabalho em 2022 o atendimento da Educação do Campo no Distrito Federal estava organizado conforme o explicitado na tabela 2, 3 e 4 abaixo, de acordo com os dados do Censo Escolar 2021 – Atualizado em junho/2022.

Tabela 2 – Organização da Rede Pública que oferta a Educação do Campo no DF.

Informações gerais	Quantidade
Regiões Administrativas	33
Coordenações Regionais de Ensino (CRE)	14
Unidades Escolares (dados do I-Educar 2022)	690
Coordenações Regionais de Ensino que atendem escolas do campo	10
Unidades Escolares do campo	82

(Fonte: Censo Escolar 2021 – Atualizado em junho/2022)

Tabela 3 – Quantitativo de Estudantes na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio nas Escolas do Campo.

Etapas da Educação Básica ofertadas pelas escolas do campo do Distrito Federal		Quantitativo de estudantes
Educação Infantil	Creche	40
	Pré-escola - 1º e 2º período	2.359
Ensino Fundamental	Anos Iniciais - 1º ao 5º ano	10.480
	Anos Finais - 6º ao 9º ano	6.480
Ensino Médio	1ª, 2ª e 3ª séries	2.440

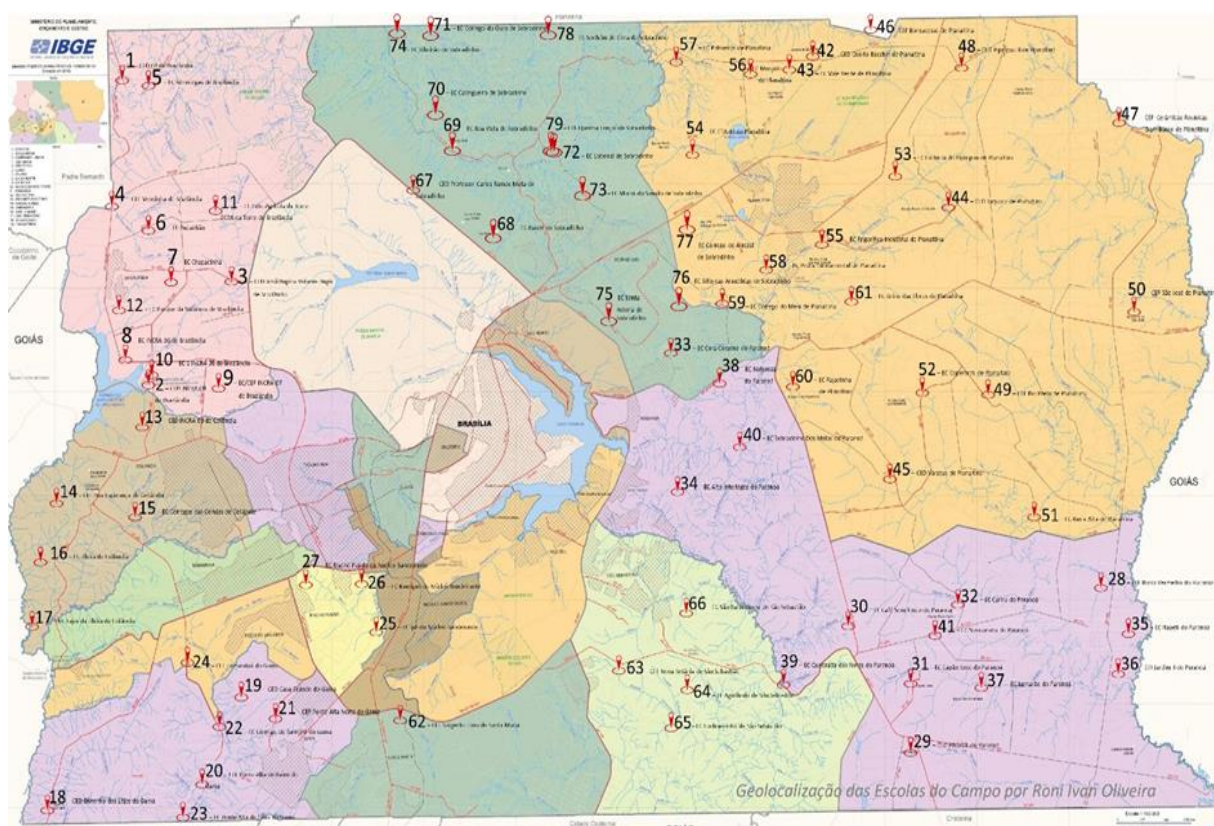
(Fonte: Censo Escolar 2021 – Atualizado em junho/2022)

Tabela 4 – Quantitativo de Estudantes na EJA, Educação Especial e Educação Profissional e Tecnológica nas Escolas do Campo

Modalidades da Educação Básica ofertadas pelas escolas do campo do Distrito Federal	Quantitativo de estudantes
EJA – 1º segmento e 2º segmento Ensino Fundamental	597
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	
EJA – 3º segmento - Ensino Médio	490
EJA – Educação Profissional integrada à EJA	-
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	-
Educação Especial (EE)	28
Total de estudantes matriculados nas etapas e modalidades das escolas do campo do Distrito Federal	22.914

(Fonte: Censo Escolar 2021 – Atualizado em junho/2022)

Figura 6 – Localização e Distribuição das Escolas do Campo no Distrito Federal



Fonte: IBGE (2015) – com edições pessoais por Oliveira (2018 – não publicado).

4.1 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Planaltina

Planaltina, o mais antigo núcleo urbano do DF, teve origem com as incursões realizadas pelos bandeirantes paulistas, sendo sua fundação oficializada em 1859. Fez parte dos primeiros estudos da Comissão Exploradora do Planalto Central liderada por Luiz Cruls (1892). Foi um dos municípios de Goiás que teve seu território dividido, ficando a sua sede no DF e a outra parte permaneceu como Planaltina de Goiás. Ela é a mais antiga das regiões administrativas do Distrito Federal conservando, em suas ruas estreitas, centenários casarões e oferecendo ao visitante atrações como cachoeira, casas antigas, centro histórico, festas tradicionais como a Folia do Divino Espírito Santo e a Via Sacra no Morro da Capelinha, parques ecológicos e o Vale do Amanhecer, uma das maiores comunidades místicas do país. Planaltina também guarda em seu seio a mais importante reserva ambiental da América do Sul, a Estação Ecológica de Águas Emendadas. Faz limite com as cidades de Sobradinho II, Planaltina (GO), Formosa (GO), Itapoã e Paranoá.

Antes da construção de Brasília, Planaltina, cidade centenária localizada neste Quadrilátero destinado ao Novo Distrito Federal, já contava com um sistema de ensino público e particular, subordinado à Secretaria de Educação do Estado de Goiás (DISTRITO FEDERAL, 1984, p. 17). No periódico intitulado “A Origem do Sistema Educacional de Brasília” (Criação da CASEB, 22.12.1959), existia à época anterior a Construção de Brasília, na região de Planaltina, o Grupo Escolar São Sebastião, tendo como primeiro nome Grupo Escolar Brasil Caiado, que foi criado em 1929 e era subordinado, à época, à Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Em 1960 passou a se chamar Escola Classe 01 de Planaltina, quando da sua inclusão no sistema de ensino da rede oficial do Distrito Federal (CORDEIRO e REIS, 2020).

A RA VI – Planaltina localiza-se na porção norte/nordeste do DF com uma área de 153.140,07 hectares e quase 187.000 habitantes (CODEPLAN, PDAD 2021). Possui uma extensa área rural sendo a maior entre as demais RA e, em razão disso, a Coordenação Regional de Ensino de Planaltina atende a um número significativo de escolas do campo, conforme tabelas 5 a 8.

Tabela 05 – Caracterização geral a rede de Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Planaltina – SEEDF (2002).

Referências	Quantidade (número)
Escolas	22*
Matrículas	4.540
Turmas	224
Salas de Aula	158
Profissionais da educação	785

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

* O CED Águas do Cerrado e o CEI Pípiripau são duas escolas que foram criadas e inauguradas após a realização do Censo, portanto os dados não foram contabilizados na tabela geral da CRE.

Tabela 06 – Distribuição de Escolas por Tipo de Escola na Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Planaltina – SEEDF (2002).

Tipo de Unidade Escolar	Quantidade (número)
Centro Educacional (CED)	05*
Centro de Ensino Fundamental (CEF)	04*
Centro de Educação Infantil (CEI)	02*
Escola Classe (EC)	11
Escola Parque (EP)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

* O CED Águas do Cerrado e o CEI Pípiripau são duas escolas que foram criadas e inauguradas após a realização do Censo, portanto os dados não foram contabilizados na tabela geral da CRE.

Tabela 07 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Etapas/Segmento da Educação Básica da Coordenação Regional de Planaltina – SEEDF (2002).

Etapas/segmento	Quantidade (número) *
Educação Infantil (EI)	15
Anos Iniciais (EF)	18
Anos Finais (EF)	08
Ensino Médio (EM)	04

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

** Algumas escolas podem oferecer mais de uma etapa da Educação Básica e/ou modalidades de ensino.

Tabela 08 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Modalidade da Educação Básica da Coordenação Regional de Planaltina – SEEDF (2002).

Modalidade	Quantidade (número) *
Educação Especial (EE)	01
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	02
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Observando a Figura 7 podemos perceber que há uma distribuição de escolas por todo o território. Nas porções noroeste, leste e sudeste há um esvaziamento de unidades considerando a extensão da RA. Ao norte da região encontramos 6 unidades escolares que estão justapostas à fronteira com Formosa (GO) e Planaltina (GO) que, por esta localização, atendem estudantes dessas comunidades, além daqueles oriundos de comunidades localizadas nas regiões do DF.

Vale ressaltar que no mapa oficial do DF temos uma linha reta na divisa norte com o Goiás, porém o mapa do IBGE é diferente, pois está faltando um “pedacinho” como observado na Figura 6. Portanto, o CEF Bonsucesso, até a construção de tal mapa, fazia parte do DF, atualmente está localizado no estado de Goiás, mas pertence a regional de Planaltina-DF e atende a muitos estudantes de Planaltina-GO. O caso está na justiça por causa da inconsistência de dados que tem causado transtornos para os moradores. Na porção oeste e sudoeste da região percebemos uma concentração maior de escolas em contraponto à região mais ao leste.

As unidades escolares urbanas da RA somam um total de 45, incluindo um Centro Interescolar de Línguas (CIL), um Centro de Ensino Especial (CEE) e um Centro de Educação Profissional (CEP).

Um fato importante a ser mencionado é que nas duas últimas décadas aconteceram diversas mudanças envolvendo as escolas do campo da CRE. Algumas foram reorganizadas e transferidas para outras regionais de ensino à medida que estas foram sendo criadas. Algo que chama atenção é o fato das escolas classes Brochado da Rocha e Córrego do Arrozal que, apesar de estarem inseridas fisicamente dentro do território de Planaltina, passaram a fazer parte da CRE de Sobradinho. Outras escolas do campo, em razão da expansão e/ou criação de novos bairros, tornaram-se escolas urbanas com base no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). Além disso, algumas escolas do campo foram extintas, desativadas ou tiveram suas atividades paralisadas no decorrer dos anos, podendo ser citadas: Escola Classe São Gonçalo, Escola Classe Retiro do Meio, Escola Classe da Lagoinha, Escola Classe Núcleo do Jardim, Escola Classe São Vicente de Paula de Planaltina, Escola Classe Tangará (CORDEIRO e REIS, 2021).

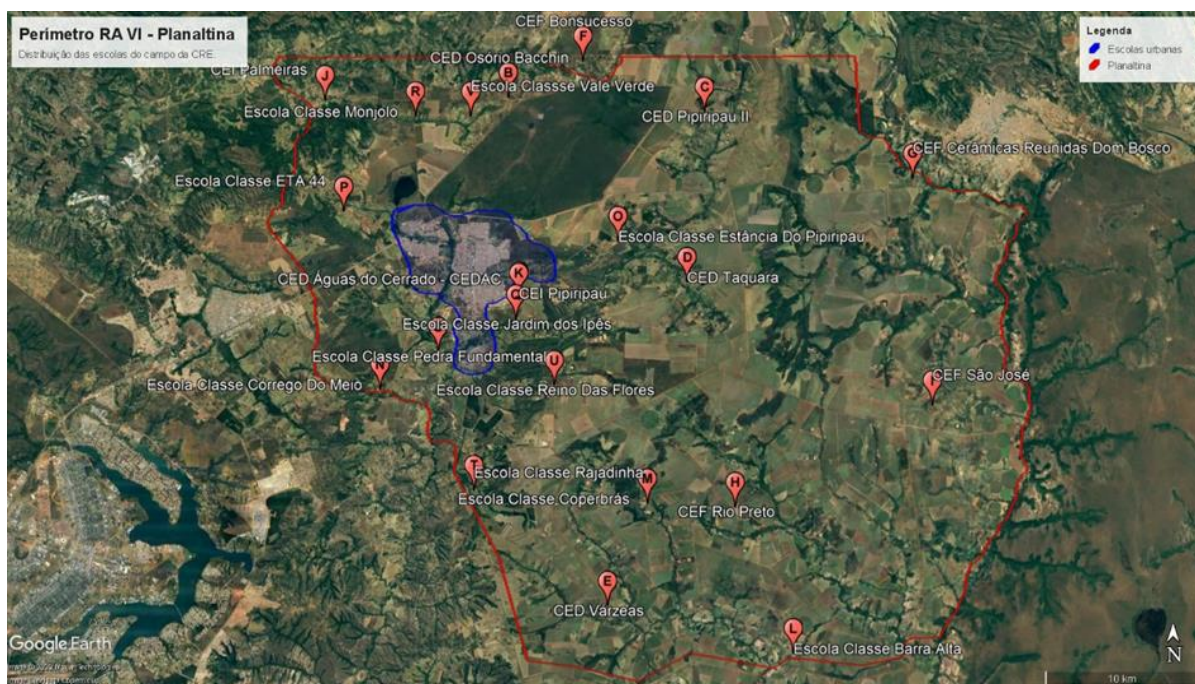
Ao analisarmos a tabela 7 e a Figura 7 é possível perceber uma certa discrepância com relação ao quantitativo de escolas por Etapa/Modalidade. Sobre a

natureza das escolas, ao compararmos os dados da tabela 6 e a figura 7, observamos que quanto aos CED, na porção norte e nordeste existem dois que estão cada um em um extremo da RA, outros dois estão mais a centro-oeste da região, porém bem distantes um do outro e apenas um está situado ao sul.

Os 4 CEF estão distribuídos aleatoriamente, o que nos faz pensar que não houve critérios de demanda bem definidos, tornando a oferta bem desigual nos territórios. As EC são a maioria, mas também estão mais concentradas ao norte, noroeste, oeste e sudoeste. Ao sul encontramos apenas uma e a noroeste, leste e sudoeste não há escolas.

As contradições aqui apresentadas nos fazem levantar alguns questionamentos: Nas áreas em que não há unidades escolares também não há comunidades a serem atendidas? Se não há procura de escolas nesses espaços, o que podemos inferir quanto ao uso da terra? Como se dá o deslocamento e qual o tempo gasto pelos estudantes que moram mais próximos às escolas classes que antes frequentavam? Como se dá o trabalho da CRE considerando as grandes distâncias entre as unidades escolares?

Figura 7 - Perímetro RA VI Planaltina e localização de suas escolas do campo¹



Fonte: Google Earth (2022), editado.

¹ Na Figura 7 estão incluídas as unidades escolares CED - Centro Educacional Águas do Cerrado, que foi inaugurado no final do ano de 2021 e está em funcionamento e o CEI - Centro de Educação Infantil Pipiripau que ainda não está em funcionamento e somente irão constar do Censo 2022.

4.2 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Brazlândia

Fundada em 05 de junho de 1933 como Distrito de Luziânia, Brazlândia já existia antes da construção de Brasília. Em 1960, na inauguração de Brasília, a cidade possuía menos de mil moradores, tornando-se a Região Administrativa, RA – IV, em 10 de dezembro de 1964. Possui área de 4.7018,36 hectares e quase 56 mil habitantes. (CODEPLAN, PDAD 2021).

O nome Brazlândia faz alusão à família Braz de Lima, a mais numerosa das famílias que fundaram a cidade. É uma cidade com características interioranas e se destaca pela produção hortifrutigranjeira e na agricultura, no cultivo de tomates, goiabas e especificamente morangos, sendo considerada responsável por quase 60% do abastecimento agrícola do Distrito Federal e entorno. Abriga os Núcleos Rurais Alexandre Gusmão (PICAG), Dois Irmãos, Engenho Queimado, Desterro, Chapadinha e Barreiro. Localiza-se na porção noroeste do DF e em seus limites encontramos as cidades de Águas Lindas de Goiás (GO), Padre Bernardo (GO), Sobradinho II, Sobradinho, Plano Piloto, Taguatinga e Ceilândia.

A Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia atende a um bom número de escolas do campo, conforme observamos nas tabelas de 9 a 12.

Tabela 09 – Caracterização geral a rede de Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia – SEEDF (2002).

Referências	Quantidade (número)
Escolas	12
Matrículas	4.848
Turmas	224
Salas de Aula	132
Profissionais da educação	679

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 10– Distribuição de Escolas por Tipo de Escola na Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia – SEEDF (2002).

Tipo de Unidade Escolar	Quantidade (número)
Centro Educacional (CED)	04
Centro de Ensino Fundamental (CEF)	01
Centro de Educação Infantil (CEI)	-
Escola Classe (EC)	06
Escola Parque (EP)	01

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 11 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Etapas/Segmento da Educação Básica da Coordenação Regional de Brazlândia – SEEDF (2002).

Etapas/segmento	Quantidade (número) *
Educação Infantil (EI)	06
Anos Iniciais (EF)	09
Anos Finais (EF)	05
Ensino Médio (EM)	04

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

** Algumas escolas podem oferecer mais de uma etapa da Educação Básica e/ou modalidades de ensino.

Tabela 12 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Modalidade da Educação Básica da Coordenação Regional de Brazlândia – SEEDF (2002).

Modalidade	Quantidade (número) *
Educação Especial (EE)	02
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	01
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

De acordo com a figura 8 podemos perceber que a distribuição das escolas do campo é bastante desigual no que tange a totalidade do território. Na divisa norte com o estado de Goiás encontramos o município de Padre Bernardo e a oeste os municípios de Padre Bernardo e Águas Lindas. Cabe salientar que as escolas próximas às divisas do estado de Goiás, especialmente as que estão localizadas às margens da BR que liga Brazlândia a cidade de Padre Bernardo como o CED 04, CED Vendinha e a Escola Classe Almécegas, possuem um percentual significativo de estudantes matriculados moradores das cidades goianas. São atendidos também estudantes de Águas Lindas de Goiás - GO (área urbana e Comunidade Padre Lúcio) e do Inkra 09, situado na cidade de Ceilândia.

No perímetro destacado em azul (figura 8) estão distribuídas as 24 unidades escolares urbanas, ocupando um espaço mínimo considerando a totalidade do terreno da RA. Cabe destacar que o CED Inkra 8 e EC Inkra 8 estão situados em um núcleo rural com características urbanas, já a Escola Parque da Natureza está localizada na área urbana e podemos nos perguntar o porquê dessas contradições.

Destaca-se aqui a Escola Parque da Natureza de Brazlândia (EPNBraz), que em sua trajetória de oito anos foi marcada por constante impermanência de diversas ordens, sendo também importante ressaltar a diversidade de seu atendimento. Em 2019 a EPNBraz reduziu sua oferta em função da mudança para espaço menor,

passando atender da Educação Infantil (CEI 03) aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que ofertam Educação Integral (CEI 03, EC 03, EC 07, EC Almécegas, EC Chapadinha, EC Incra 06, CEF Incra 07 e CED Irmã Maria Regina Velanes Regis).

Após um processo de compreensão de sua identidade, a EPNBraz passou a se identificar como uma Escola do Campo, compreendendo a sua comunidade escolar e as características do trabalho pedagógico associado à ligação com vida, terra e trabalho. Isso somente tornou-se possível em função da publicação da Portaria nº 419 de 20 de dezembro de 2018, que delibera em seu Art. 5º:

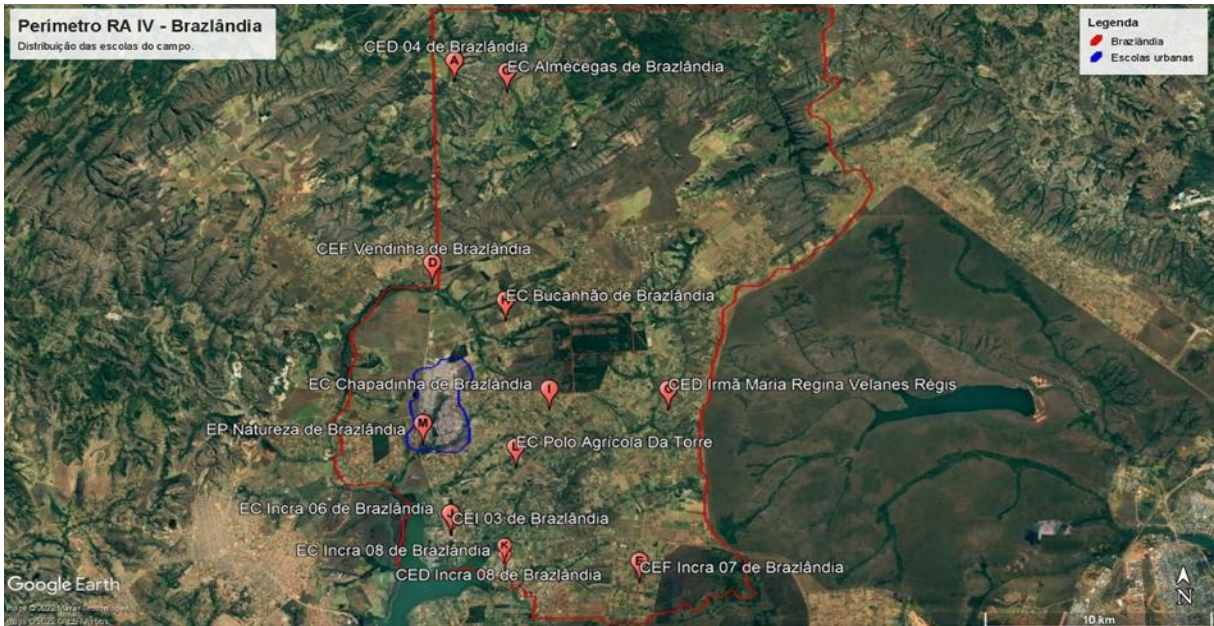
As Escolas do Campo estão inseridas em territórios educativos com a presença de populações camponesas, suas formas de trabalho e produção de bens materiais e imateriais, suas contradições de base social e econômica, como a agricultura camponesa, o agronegócio e, manifestações culturais locais.

parágrafo único: Considera-se também, como Escola do Campo, a Unidade Escolar situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), e **aquela Unidade Escolar situada em área urbana que atenda, predominantemente, à população do campo.** (DISTRITO FEDERAL, 2018 – grifo nosso).

Ao observarmos a tabela 9 e compararmos seus dados com a configuração apresentada pela figura 8, podemos inferir que o número de matrículas é bem alto, o que significa um número grande de estudantes atendidos em poucas escolas, levando-nos a pensar que as salas de aulas podem estar superlotadas. Vemos também que os CED, que atendem aos Anos finais e Ensino Médio, mantêm-se bem distantes um do outro sendo uma diferença de 18,3 km entre o CED 04 e o CED Irmã Regina e de 10,7 km deste até o CED Incra 8.

O número de CEF também é bem reduzido e espaçados entre si. Considerando que as escolas classes concentram-se mais na região centro-sul e que ao norte são apenas duas e um CEF que atende também aos anos iniciais, podemos “entender” a escolha dessa distribuição. No entanto, são levantadas outras questões: Sabe-se que na RA IV – Brazlândia há grandes áreas de proteção ambiental e de manancial, talvez seja o que podemos encontrar nesses espaços vazios ao centro-norte e leste? Se forem áreas de proteção ambiental, não é possível que haja comunidades instaladas que necessitem de escolarização? Não seria o caso de se construir mais escolas na região norte e oeste já que possivelmente as que existem atualmente podem receber um número considerável de estudantes do Goiás?

Figura 8 – Perímetro RA IV Brazlândia e localização de suas escolas do campo



Fonte: Google Earth (2022), editado.

4.3 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Ceilândia

A cidade de Ceilândia surgiu em decorrência de um grande projeto de relocação de população que morava em áreas não regulares por meio da Campanha de Erradicação de Invasões – CEI, que deu origem ao seu nome. Criada inicialmente para abrigar a população de migrantes com menor renda que vieram construir Brasília, foi fundada em 27 de março de 1971. Atualmente possui área de 19.265,69 hectares e uma estimativa de 351 mil habitantes (CODEPLAN, PDAD 2021).

A cidade é reconhecida como um polo da cultura nordestina em Brasília, sendo marcada pela música, poesia e dança trazidas por seus fundadores. O comércio é um dos segmentos mais importantes da economia local. Faz limite com as cidades de Santo Antônio do Descoberto (GO), Águas Lindas de Goiás (GO), Brazlândia, Taguatinga e Samambaia.

A região cresceu tão exponencialmente que foi necessária a criação de novos bairros dentro da cidade administrativa. Hoje, existem Ceilândia Centro, Ceilândia Norte, Ceilândia Sul, Guariroba, P Sul, P Norte, Setor O, Expansão do Setor O, QNQ e QNR, Setor de Indústria, Setor de Materiais de Construção e Área de

Desenvolvimento Econômico Centro-Norte, Pôr do Sol, Sol Nascente, Condomínio Privê e Inkra, composto pelo núcleo rural e de entorno. Vale ressaltar que os bairros Pôr do Sol e Sol Nascente tornaram-se a RA XXXII, criada pela Lei nº 6.359, de 14 de agosto de 2019. A Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia acompanha as escolas do campo conforme as tabelas 13 a 16, abaixo.

Tabela 13 – Caracterização geral a rede de Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia – SEEDF (2002).

Referências	Quantidade (número)
Escolas	05
Matrículas	1.169
Turmas	63
Salas de Aula	34
Profissionais da educação	203

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 14– Distribuição de Escolas por Tipo de Escola na Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia – SEEDF (2002).

Tipo de Unidade Escolar	Quantidade (número)
Centro Educacional (CED)	01
Centro de Ensino Fundamental (CEF)	02
Centro de Educação Infantil (CEI)	-
Escola Classe (EC)	03
Escola Parque (EP)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 15 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Etapas/Segmento da Educação Básica da Coordenação Regional de Ceilândia – SEEDF (2002).

Etapas/segmento	Quantidade (número) *
Educação Infantil (EI)	02
Anos Iniciais (EF)	04
Anos Finais (EF)	02
Ensino Médio (EM)	01

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

** Algumas escolas podem oferecer mais de uma etapa da Educação Básica e/ou modalidades de ensino.

Tabela 16 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Modalidade da Educação Básica da Coordenação Regional de Ceilândia – SEEDF (2002).

Modalidade	Quantidade (número) *
Educação Especial (EE)	01
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	01
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Na figura 9 temos a distribuição das escolas do campo pelo território. Na imagem podemos ver em amarelo a porção de terra agora pertencente a RA XXXII e em vermelho a localização das escolas urbanas concentradas na divisa com Taguatinga. Na divisa a oeste estão os municípios goianos de Águas Lindas e Santo Antônio do Descoberto e duas unidades escolares próximas a elas que provavelmente recebem estudantes oriundos desses locais.

Nota-se que existe uma grande área não urbanizada, uma macrozona rural, e que a distribuição e presença das escolas do campo é irrisória quando confrontada ao espaço, deixando uma pergunta a ser respondida: Por que uma área tão grande tem tão poucas escolas?

Figura 9 - Perímetro RA IX – Ceilândia e RA XXXII – Pôr do Sol e Sol Nascente e localização de suas escolas do campo



Fonte: Google Earth (2022), editado.

4.4 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Gama

A cidade do Gama foi criada em abril de 1960 e inaugurada em 12 de outubro de 1960 para acomodar famílias de trabalhadores da construção da capital transferidas do Plano Piloto. Até 1989 a RA II - Gama englobava o Núcleo Urbano de Santa Maria, transformada em 1992 na RA XIII e pelo Recanto das Emas que se transformou na RA XV em 1993. Faz divisa com as cidades de Recanto das Emas, Novo Gama (GO), Riacho Fundo II, Park Way, Santa Maria e Santo Antônio do Descoberto (GO). É formada por áreas urbana e rural.

Possui 138 mil habitantes e uma área de 27.605,34 hectares (CODEPLAN, PDAD 2021). A área urbana está dividida em 6 (seis) setores: Norte, Sul, Leste, Oeste, Central e de Indústria. A área rural é formada pelo Núcleo Rural Monjolo, pela Colônia Agrícola Ponte Alta, Córrego Crispim, Núcleo Rural Ponte Alta de Baixo, Ponte Alta Norte e Alagado. O Gama é um polo econômico e de influência de municípios e localidades da periferia metropolitana de Brasília.

Conforme apresentação de estudo realizado pela CODEPLAN, a vocação produtiva do Gama foi prejudicada pelas transformações territoriais decorrentes da constante divisão do território e mudanças no uso do solo. Segundo a pesquisadora da UnB Maria Clara Queiroz M. Pierri (PIERRI, 2010), os fatores considerados mais limitantes da atividade agrícola são: a pressão urbana quanto ao parcelamento do solo - Recanto das Emas - Santa Maria - Riacho Fundo; problemas ambientais; insegurança fundiária; falta de políticas públicas integradas. Vejamos mais detalhes relacionados à oferta da Educação do Campo na CRE do Gama nas tabelas 17 a 20.

Tabela 17 – Caracterização geral a rede de Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino do Gama – SEEDF (2002).

Referências	Quantidade (número)
Escolas	07
Matrículas	2.283
Turmas	130
Salas de Aula	56
Profissionais da educação	404

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 18– Distribuição de Escolas por Tipo de Escola na Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino do Gama – SEEDF (2002).

Tipo de Unidade Escolar	Quantidade (número)
Centro Educacional (CED)	02
Centro de Ensino Fundamental (CEF)	03
Centro de Educação Infantil (CEI)	-
Escola Classe (EC)	02
Escola Parque (EP)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 19 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Etapas/Segmento da Educação Básica da Coordenação Regional do Gama – SEEDF (2002).

Etapas/segmento	Quantidade (número) *
Educação Infantil (EI)	07
Anos Iniciais (EF)	07
Anos Finais (EF)	05
Ensino Médio (EM)	02

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

** Algumas escolas podem oferecer mais de uma etapa da Educação Básica e/ou modalidades de ensino.

Tabela 20 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Modalidade da Educação Básica da Coordenação Regional do Gama – SEEDF (2002).

Modalidade	Quantidade (número) *
Educação Especial (EE)	01
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	02
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	0

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

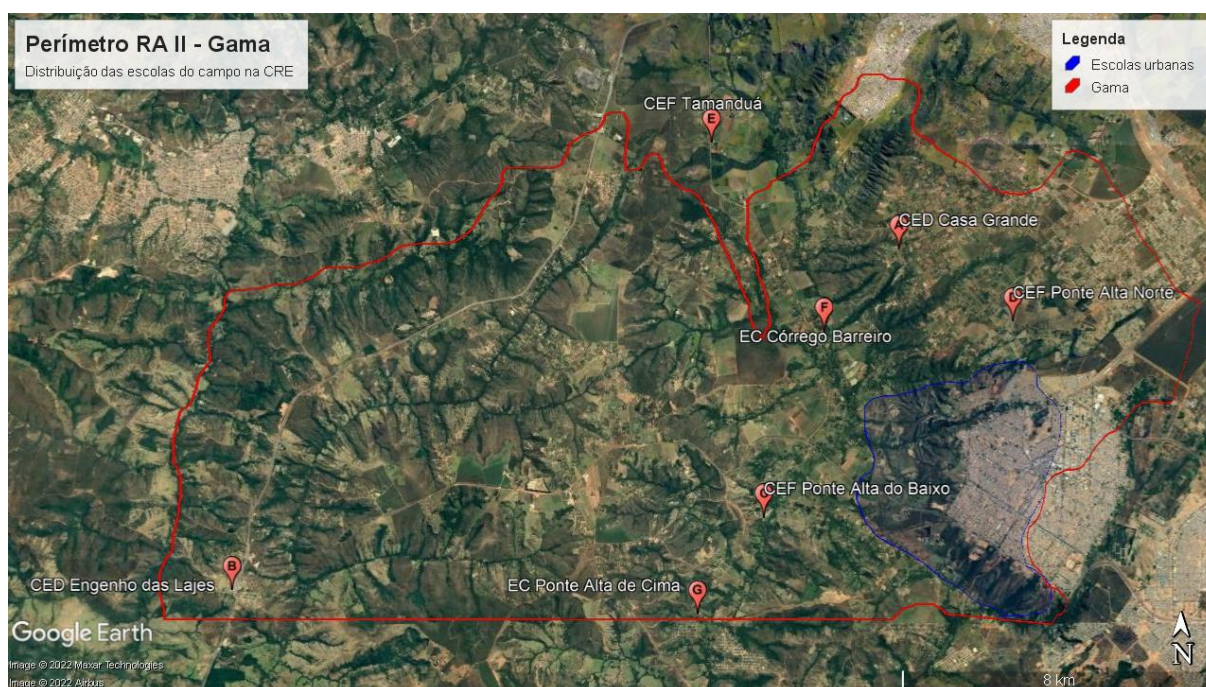
A área rural é formada pelo Núcleo Rural Monjolo, pela Colônia Agrícola Ponte Alta, Córrego Crispim, Núcleo Rural Ponte Alta de Baixo, Ponte Alta Norte e Alagado. Ao observar a Figura 10 podemos identificar a localização das unidades escolares da área urbana e rural e, apesar de serem poucas escolas do campo, aparentemente estão bem distribuídas considerando todo o território.

Um dado importante que mostra a dinâmica territorial, histórica e política das escolas é a localização do CEF Tamanduá. É uma escola pioneira, anterior à construção de Brasília. Faz parte da CRE Gama, mas se localiza politicamente na RA Recanto das Emas, já que o território do Gama foi desmembrado para a criação do Recanto das Emas, RA XV, em 1993. Outro fator político é o atendimento das escolas

na fronteira com o Estado de Goiás. Cerca de 50% dos estudantes da EC Ponte Alta de Cima são moradores de parte da região rural do município goiano de Santo Antônio do Descoberto.

O Gama apresenta as mesmas características de outras RAs descritas anteriormente, ou seja, possui uma grande área aparentemente não urbanizada e que não tem escolas presentes.

Figura 10 - Perímetro RA II Gama e localização de suas escolas do campo



Fonte: Google Earth (2022), editado.

4.5 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Núcleo Bandeirante

O Núcleo Bandeirante nasceu em 1956 como “Cidade Livre”, núcleo de apoio de comércio e serviços para os candangos que vieram construir a Nova Capital Federal. O nome “Cidade Livre” foi dado por causa dos comerciantes que tinham permissão de fixarem residência e serem isentos de impostos. Em 1964, o Núcleo Bandeirante, junto com a Candangolândia, passou a fazer parte da Região Administrativa de Brasília e, em 1989, o Núcleo Bandeirante foi transformado na

Região Administrativa VIII. Atualmente possui uma área de 504,67 hectares e 24.086 habitantes (CODEPLAN, PDAD, 2021).

No ano de 1994, a Candangolândia e o Riacho Fundo, que faziam parte da RA até então, foram desmembrados, tornando-se respectivamente em RA XIX e XVII. A RA - VIII está localizada na porção central do Distrito Federal e atualmente é composta pelo seguintes setores: Núcleo Bandeirante Tradicional, Metropolitana, Setor de Mansões Park Way, Setor Industrial Bernardo Sayão, Setor de Postos e Motéis Sul (EPIA), Setor de Postos e Motéis Sul (Rodovia Brasília/Anápolis- EPNB), Setor Placa da Mercedes, Área de Desenvolvimento Econômico, Núcleos Rurais Vargem Bonita, Córrego da Onça, Colônias Agrícolas NB1, NB 2, Coqueiros, Arniqueira (parte) e Bernardo Sayão. Em seus limites estão as RA do Guará, Candangolândia, Lago Sul, Park Way e Riacho Fundo.

Atualmente a CRE Núcleo Bandeirante tem 03 (três) escolas do campo sob sua responsabilidade, cuja oferta pode ser caracterizada nas tabelas de 21 a 24.

Tabela 21 – Caracterização geral a rede de Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante – SEEDF (2002).

Referências	Quantidade (número)
Escolas	03
Matrículas	1.076
Turmas	46
Salas de Aula	34
Profissionais da educação	188

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 22 – Distribuição de Escolas por Tipo de Escola na Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante – SEEDF (2002).

Tipo de Unidade Escolar	Quantidade (número)
Centro Educacional (CED)	-
Centro de Ensino Fundamental (CEF)	-
Centro de Educação Infantil (CEI)	-
Escola Classe (EC)	03
Escola Parque (EP)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 23 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Etapas/Segmento da Educação Básica da Coordenação Regional do Núcleo Bandeirante – SEEDF (2002).

Etapas/segmento	Quantidade (número) *
Educação Infantil (EI)	-
Anos Iniciais (EF)	03
Anos Finais (EF)	-
Ensino Médio (EM)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

** Algumas escolas podem oferecer mais de uma etapa da Educação Básica e/ou modalidades de ensino.

Tabela 24 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Modalidade da Educação Básica da Coordenação Regional do Núcleo Bandeirante – SEEDF (2002).

Modalidade	Quantidade (número) *
Educação Especial (EE)	01
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	-
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Ao observar a Figura 11 temos em vermelho o perímetro da RA e em azul o perímetro onde estão situadas as escolas urbanas. Percebemos que as escolas do campo sob responsabilidade da CRE não fazem parte do território da RA XIII. Uma delas está geograficamente localizada na RA XXIV – Park Way e as outras duas estão situadas na RA XVII – Riacho Fundo I e RA XXI – Riacho Fundo II.

Diante deste cenário fica evidente a necessidade de uma reorganização das escolas do campo nas regionais de ensino. Além disso, considerando a análise da imagem, nos perguntamos: Será que todo o território do Núcleo Bandeirante é urbano? Não há nenhuma área rural que tenha comunidades camponesas? Considerando a extensão da RA, o fato de todas as escolas estarem concentradas em um único espaço dificulta a mobilidade dos estudantes que residem em bairros mais distantes? Por que há atendimento apenas para os Anos Iniciais? Não há demanda para ofertar as outras Etapas da Educação Básica do Campo como Educação Infantil, Anos Finais e Ensino Médio? Em que nível tais contradições encontradas na CRE Núcleo Bandeirante podem comprometer a construção da escola do campo nessa região?

Figura 11 - Perímetro RA XIII Núcleo Bandeirante e localização de suas escolas do campo.



Fonte: Google Earth (2022), editado.

4.6 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Paranoá

A Região Administrativa do Paranoá – RA VII foi oficialmente criada em 1964, mas as Administrações Regionais de Brasília e do Paranoá, contudo, só foram implantadas efetivamente em 1989. Nesse meio tempo, a região do Paranoá ficou subordinada ao Gama.

A cidade teve origem na Vila Paranoá, um acampamento de trabalhadores na construção da Barragem do Lago Paranoá em 1957 que permaneceram ali após o término das obras. Está situada na porção leste do DF, ocupando uma área de 83.120,99 hectares constituída por uma área urbana e uma área rural de grande expressividade e aproximadamente 70 mil habitantes (CODEPLAN, PDAD 2021). A região do Paranoá se destaca por ter a maior participação na produção geral no Distrito Federal, com 49,51% dela, numa área de 42.316,3 ha e um total de 230.840,35 t de produção. Com relação às grandes culturas, a produção de trigo é o grande

destaque, seguido pelas produções de café, milho e feijão. Quanto às produções de hortaliças e frutas respectivamente, destacam-se cenoura, pimentão, repolho, limão e maracujá. (SOARES, 2018).

Os principais núcleos rurais são Jardim e Sobradinho dos Melos, curiosamente os mesmos do início da ocupação da região. Caracteriza-se, ainda, por uma Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN Córrego Aurora, com uma área de três hectares de vegetação de mata e cerrados originais, além das Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental – APA do Lago Paranoá, Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE do Lago Paranoá e a Área de Captação do Tamanduá, administrada pela Caesb. Faz divisa com as cidades de São Sebastião, Lago Sul, Plano Piloto, Lago Norte, Itapoã, Sobradinho, Planaltina, Formosa (GO), Cabeceira Grande (MG) e Cristalina (GO). As características da oferta da Educação do Campo nas escolas da CRE do Paranoá são descritas nas tabelas 25 a 28.

Tabela 25 – Caracterização geral a rede de Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino do Paranoá – SEEDF (2002).

Referências	Quantidade (número)
Escolas	14
Matrículas	3.700
Turmas	170
Salas de Aula	99
Profissionais da educação	518

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 26 – Distribuição de Escolas por Tipo de Escola na Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino do Paranoá – SEEDF (2002).

Tipo de Unidade Escolar	Quantidade (número)
Centro Educacional (CED)	1
Centro de Ensino Fundamental (CEF)	2
Centro de Educação Infantil (CEI)	1
Escola Classe (EC)	10
Escola Parque (EP)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 27 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Etapas/Segmento da Educação Básica da Coordenação Regional do Paranoá Bandeirante – SEEDF (2002).

Etapas/segmento	Quantidade (número) *
Educação Infantil (EI)	11
Anos Iniciais (EF)	11
Anos Finais (EF)	03
Ensino Médio (EM)	1

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

** Algumas escolas podem oferecer mais de uma etapa da Educação Básica e/ou modalidades de ensino.

Tabela 28 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Modalidade da Educação Básica da Coordenação Regional do Paranoá Bandeirante – SEEDF (2002).

Modalidade	Quantidade (número) *
Educação Especial (EE)	02
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	1
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Na Figura 12 vemos que a organização das escolas urbanas está concentrada no perímetro em azul e as escolas do campo estão bem distribuídas por todo o território. A RA faz divisa ao sul com o município de Cristalina (GO) e ao leste com o município de Formosa (GO).

Sendo assim, é possível que as escolas mais próximas das divisas atendam estudantes dessas regiões. Cabe salientar que a CRE Paranoá atende também a algumas escolas da RA – XXVIII – Itapoã e, como é possível ver na imagem, uma delas é uma escola do campo. Outra unidade escolar, a EC Quebrada dos Neres pertence à CRE Paranoá, mas está geograficamente dentro do território de São Sebastião. Chama a atenção haver uma única escola do campo que atende ao ensino médio na área rural, o CED PAD-DF e alguns estudantes percorrem até 27,9 km para chegar até lá todos os dias.

Uma contradição que podemos levantar por meio da análise da imagem é o considerável espaço “vazio” que vemos entre a EC Alto Interlagos e a EC Café sem Troco: O que há nessa porção de terra que não possui escolas para atender as comunidades que ali vivem?

Figura 12 - Perímetro RA VII Paranoá e localização de suas escolas do campo



Fonte: Google Earth (2022), editado.

4.7 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Samambaia

A Região Administrativa de Samambaia RA XII foi criada em 1989. O surgimento da cidade se deu para ampliação das áreas urbanas em decorrência do rápido crescimento populacional do DF e da conseqüente necessidade de oferecimento de setores habitacionais. O projeto originário previa uma ocupação gradual para Samambaia, porém, aconteceu um Crescimento exagerado com a trans-ferência de centenas de famílias que ocupavam áreas irregulares no DF. Em seus limites encontramos as cidades de Padre Bernardo (GO), Planaltina(GO) e Formosa (GO), Cristalina (GO), Cidade Ocidental (GO), Valparaíso (GO), Novo Gama (GO), e Santo Antônio do Descoberto (GO), Formosa, Padre Bernardo (GO), Águas Lindas de Goiás (GO), e Santo Antônio do Descoberto (GO).

O local escolhido para a implantação da cidade pertencia ao Núcleo Rural Taguatinga, formado por um conjunto de chácaras produtoras de hortaliças, frutas, verduras e flores. Parte desse espaço continuou a ser desapropriado, posteriormen-te,

para permitir a expansão de Samambaia, preservando, contudo, a chácara Três Meninas, que se tornou uma referência cultural e educativa importante da RA ao se transformar no Parque Ecológico e Vivencial Três Meninas.

A cidade passou a se chamar Samambaia por correspondência ao nome do córrego que corta a região, cuja nascente se encontra logo abaixo das quadras residenciais 127 e 327 e onde eram encontradas as plantas da espécie samambaia em abundância. A RA XII Samambaia está localizada na porção oeste do DF, tem uma população de aproximadamente 248 mil habitantes e possui área total de 9.999,23 hectares, com uma área rural de 76,90 km², onde existem diversos condomínios e chácaras que desenvolvem atividades agropecuárias (CODEPLAN, PDAD 2021).

Apesar de possuir uma extensa área rural, possui apenas uma escola do campo, como é possível ver na Figura 12. Esse fato chama bastante atenção, mas não foi possível encontrar respostas sobre o que há na extensa área localizada na porção oeste da RA, onde não há escolas, pois essas se concentram apenas na área urbana, na porção leste, identificada pela cor azul. As características da oferta da Educação do Campo nas escolas da CRE de Samambaia são descritas nas tabelas 29 a 32.

Tabela 29 – Caracterização geral a rede de Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Samambaia – SEEDF (2002).

Referências	Quantidade (número)
Escolas	01
Matrículas	289
Turmas	18
Salas de Aula	10
Profissionais da educação	47

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 30 – Distribuição de Escolas por Tipo de Escola na Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Samambaia – SEEDF (2002).

Tipo de Unidade Escolar	Quantidade (número)
Centro Educacional (CED)	-
Centro de Ensino Fundamental (CEF)	-
Centro de Educação Infantil (CEI)	-
Escola Classe (EC)	01
Escola Parque (EP)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 31 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Etapas/Segmento da Educação Básica da Coordenação Regional de Samambaia – SEEDF (2002).

Etapa/segmento	Quantidade (número) *
Educação Infantil (EI)	01
Anos Iniciais (EF)	01
Anos Finais (EF)	-
Ensino Médio (EM)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

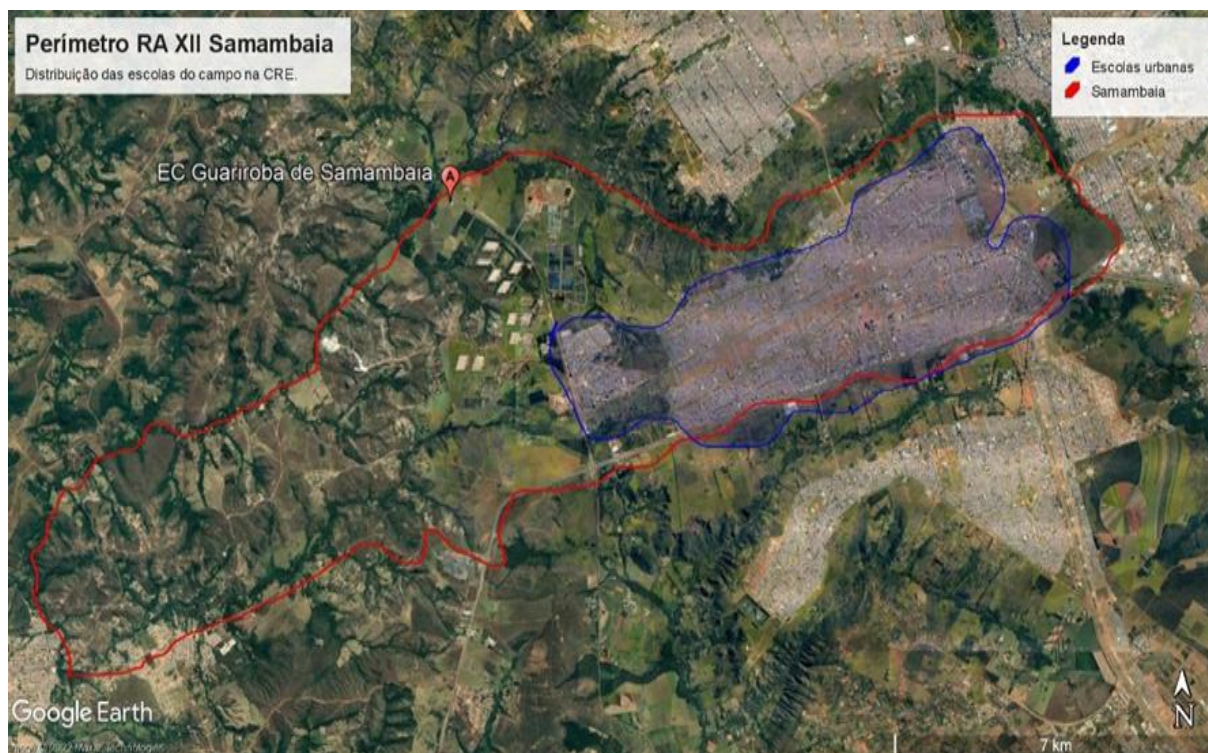
** Algumas escolas podem oferecer mais de uma etapa da Educação Básica e/ou modalidades de ensino.

Tabela 32 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Modalidade da Educação Básica da Coordenação Regional de Samambaia – SEEDF (2002).

Modalidade	Quantidade (número) *
Educação Especial (EE)	-
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	-
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Figura 13 - Perímetro RA XII Samambaia e localização de sua escola do campo



Fonte: Google Earth (2022), editado.

4.8 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Santa Maria

A RA XIII - Santa Maria foi criada em 1992 e originou-se do Núcleo Rural Santa Maria que pertencia ao Gama até então. Integrou o Programa Habitacional do Governo do Distrito Federal, que atendeu a demanda habitacional de famílias de baixa renda, sendo este um grande programa de distribuição de lotes. Assim como outras demais regiões administrativas do DF, Santa Maria nos primeiros anos, era dotada de pouca infraestrutura urbana, que aos poucos foi sendo consolidada.

A área urbana encontra-se entre os ribeirões Alagado e Santa Maria, que dá nome à Região Administrativa. Nela estão áreas militares do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo – CINDACTA/Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa/Ministério da Marinha e, ainda, às margens do BR-040, o monumento Solarium, doado em 1967 pelo Governo da França ao GDF. As cidades do Gama, Park Way, Lago Sul, Novo Gama (GO), Valparaíso de Goiás (GO) e São Sebastião fazem limite com a RA.

A RA XIII - Santa Maria, que está situada na porção sudoeste do DF, tem área de 13.158,31 hectares e aproximadamente 131 mil habitantes e, assim como Samambaia, possui apenas uma escola do campo em seu território, o CEF Sargento Lima. (CODEPLAN, PDAD 2021). As características da oferta da Educação do Campo nas escolas da CRE de Santa Maria são descritas nas tabelas 33 a 36.

Tabela 33 – Caracterização geral a rede de Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria – SEEDF (2002).

Referências	Quantidade (número)
Escolas	01
Matrículas	527
Turmas	21
Salas de Aula	12
Profissionais da educação	57

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 34 – Distribuição de Escolas por Tipo de Escola na Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria – SEEDF (2002).

Tipo de Unidade Escolar	Quantidade (número)
Centro Educacional (CED)	-
Centro de Ensino Fundamental (CEF)	01
Centro de Educação Infantil (CEI)	-
Escola Classe (EC)	-
Escola Parque (EP)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 35 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Etapas/Segmento da Educação Básica da Coordenação Regional de Santa Maria – SEEDF (2002).

Etapas/segmento	Quantidade (número) *
Educação Infantil (EI)	01
Anos Iniciais (EF)	01
Anos Finais (EF)	01
Ensino Médio (EM)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

** Algumas escolas podem oferecer mais de uma etapa da Educação Básica e/ou modalidades de ensino.

Tabela 36 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Modalidade da Educação Básica da Coordenação Regional de Santa Maria – SEEDF (2002).

Modalidade	Quantidade (número) *
Educação Especial (EE)	-
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	-
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Segundo dados da Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais - DEURA (CODEPLAN, PDAD 2018), a porção da zona urbana equivalia a 64,56%, se dividindo entre os territórios centro-leste e oeste; já a zona rural era de 35,44 % que equivalia ao território central (norte e sul), parte do leste e oeste.

Esse fato pode ser observado na Figura 14, bem como o fato de as escolas urbanas também concentrarem-se unicamente na porção oeste do território. Apesar de uma área rural extensa, não existem escolas nessas áreas, pois a única unidade escolar do campo situa-se ao norte da região, próxima a divisa com as RA do Park Way e Lago Sul. Tais fatos são bastante curiosos e merecem uma investigação.

Figura 14 - Perímetro RA XIII Santa Maria e localização de sua escola do campo



Fonte: Google Earth (2022), editado.

4.9 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – São Sebastião

As terras que constituem a RA são resultado da desapropriação das fazendas remanescentes da época da escravidão Taboquinha, Papuda e Cachoeirinha, no início das obras de construção de Brasília. Estas terras foram depois arrendadas através da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e a ocupação da área foi motivada por oferta de comércio de areia e exploração de olarias e cerâmicas para suprir parte das demandas de construção civil durante a edificação do Plano Piloto. Após a finalização das obras do Plano Piloto, houve diminuição da necessidade de materiais de construção, pois também houve abertura das estradas que favoreciam a chegada de materiais industrializados em larga escala. Nesse período, os contratos de arrendamento expiraram e um núcleo urbano foi se estruturando aos poucos ao longo do córrego Mato Grande e Ribeirão Santo Antônio da Papuda, como resultado do parcelamento irregular do solo (CODEPLAN, PDAD 2021).

Em 1993, a conhecida Agrovila São Sebastião passou a ser a RA XIV – São Sebastião e, a partir de então foram planejadas novas áreas. O nome São Sebastião

é uma homenagem dada a um dos primeiros comerciantes a chegar na cidade, Sebastião de Azevedo Rodrigues, que retirava areia ao longo do rio São Bartolomeu e era conhecido por “Tião Areia”.

A RA de São Sebastião, devido a inúmeras ações demarcatórias na Justiça interpostas por herdeiros das antigas fazendas, possui registro cartorial parcial, que compreende os bairros: Tradicional, Central, Residencial Oeste, Morro Azul, Parque, São Bartolomeu e Bom Sucesso. A cidade faz limites com Santa Maria, Lago Sul, Jardim Botânico, Paranoá e Cristalina (GO).

A RA de São Sebastião está localizada na porção sul do DF, tem uma população estimada de 119 mil habitantes e seu território ocupa uma área de 26.270,52 hectares (CODEPLAN, PDAD 2021). Com a segunda maior zona rural do Distrito Federal, possui um número bem pequeno de escolas do campo distribuídas em seu território, como mostrado na Figura 15. As características da oferta da Educação do Campo nas escolas da CRE de São Sebastião são descritas nas tabelas 37 a 40.

Tabela 37 – Caracterização geral a rede de Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião – SEEDF (2002).

Referências	Quantidade (número)
Escolas	04
Matrículas	1.202
Turmas	53
Salas de Aula	31
Profissionais da educação	157

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 38 – Distribuição de Escolas por Tipo de Escola na Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião – SEEDF (2002).

Tipo de Unidade Escolar	Quantidade (número)
Centro Educacional (CED)	-
Centro de Ensino Fundamental (CEF)	01
Centro de Educação Infantil (CEI)	-
Escola Classe (EC)	03
Escola Parque (EP)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 39 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Etapas/Segmento da Educação Básica da Coordenação Regional de São Sebastião – SEEDF (2002).

Etapas/segmento	Quantidade (número) *
Educação Infantil (EI)	04
Anos Iniciais (EF)	04
Anos Finais (EF)	01
Ensino Médio (EM)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

** Algumas escolas podem oferecer mais de uma etapa da Educação Básica e/ou modalidades de ensino.

Tabela 40 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Modalidade da Educação Básica da Coordenação Regional de São Sebastião – SEEDF (2002).

Modalidade	Quantidade (número) *
Educação Especial (EE)	01
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	-
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	-

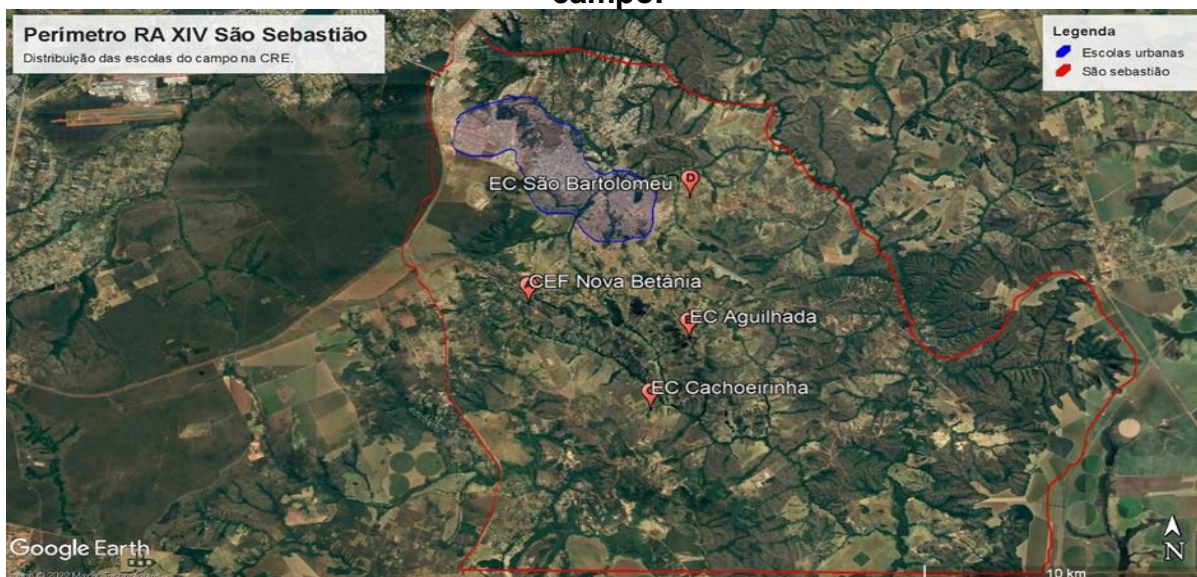
Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Assim como outras CRE citadas no decorrer deste texto, São Sebastião apresenta incongruências no que diz respeito ao número de escolas do campo versus a grande extensão de área rural.

As escolas urbanas estão concentradas na região noroeste da cidade e bem distantes das escolas do campo, com exceção da EC São Bartolomeu.

Podemos verificar que não há atendimento para os estudantes do ensino médio das áreas rurais, visto que há apenas a oferta de uma unidade escolar que atende os anos finais do ensino fundamental. Deixamos assim alguns questionamentos: Há áreas de proteção ambiental que não podem ser ocupadas, já que a região possui uma macrozona rural que corresponde a 74% do território da RA? Existem produções do agronegócio que ocupam essas grandes áreas? Se há áreas de produção de agricultura familiar, como os estudantes se deslocam para a escola mais próxima e quanto tempo é despendido para essa locomoção? Não há demanda de escolas para atendimento aos estudantes de ensino médio?

Figura 15 - Perímetro RA XIV São Sebastião e localização de suas escolas do campo.



Fonte: Google Earth (2022), editado.

4.10 Coordenação Regional de Ensino (CRE) – Sobradinho

A cidade de Sobradinho foi fundada em 13 de maio de 1960 para abrigar a população dos acampamentos da Vila Amauri, do Bananal e proximidades da Vila Planalto, além dos funcionários da NOVACAP e do Banco do Brasil, tornando-se a RA V em 1964, quando o território do Distrito Federal foi subdividido em 8 Regiões Administrativas. Uma das versões sobre o nome da cidade faz referência a um sobrado (casa com dois pavimentos) que serviu de posto de contagem para controlar o transporte de ouro e cobrar impostos no Séc. XVIII. O nome Sobradinho foi dado ao ribeirão que passava na fazenda onde ficava esse posto de contagem, que posteriormente denominou a cidade (CODEPLAN, PDAD 2021).

Sobradinho está localizada na porção norte do DF com uma área de 19.352,65 hectares e aproximadamente 74.000 habitantes. Em seus limites temos: Planaltina de Goiás, Itapoã, Planaltina, Sobradinho II e Fercal (CODEPLAN, PDAD 2021).

Sobradinho II foi desmembrada da RA V – Sobradinho no ano de 2004, tornando-se a RA XXVI. O Núcleo Habitacional Sobradinho II foi criado no início da década de 1990, no contexto do Programa de Assentamento da População de Baixa

Renda. O nome Sobradinho II surgiu da proximidade com a cidade de Sobradinho, de onde foram transferidas as famílias que residiam em um mesmo lote ou em áreas de sensibilidade ambiental do Ribeirão Sobradinho e Lixão. Tem em seus limites as cidades de Planaltina de Goiás, Itapoã, Lago Norte, Sobradinho, Fercal, Brazlândia e Plano Piloto.

A RA XXXI - FERCAL é a mais recente do DF, sendo criada em 2012. Anteriormente pertenceu a Sobradinho (de 1964 até 2004) e Sobradinho II (de 2004 a 2012). O nome advém da mineradora Sociedade Fertilizantes Calcários LTDA (Fercal) instalada na área, rica em recursos naturais, em 1961, a partir de decreto do Presidente Juscelino Kubitschek. A oferta de emprego foi o atrativo para a ocupação progressiva da área, formada por 14 comunidades habitacionais: Rua do Mato, Queima Lençol, Bananal, Engenho Velho, Alto Bela Vista, Fercal Leste, Fercal Oeste, Boa Vista, Caatingueiro, Ribeirão, Lobeiral, P.A. Contagem, Córrego do Ouro e Sonhém de Cima (CODEPLAN, PDAD 2018).

A Fercal abriga duas grandes fábricas de cimento, a Ciplan - Cimento Planalto, desde 1968 e uma unidade da Votorantim Cimentos, fundada em 1972. A região é muito rica em recursos minerais, a exemplo do calcário que contribui significativamente para o crescimento socioeconômico da região, mobilizando uma ampla rede direta e indireta de prestação de serviços e comércios ligados à manutenção da produção (CODEPLAN, PDAD 2021) que, no entanto, podem provocar grande impacto ambiental. Além de produção agrícola, a região da Fercal possui atrativos naturais, como cachoeiras e grutas. O Córrego do Ouro, ao norte, foi local de passagem do sertanista Urbano Couto Menezes e do relato do famoso “Roteiro do Urbano” em 1750.

A cidade de Sobradinho está situada na porção norte do Distrito Federal com área de 19.352,65 hectares e população de aproximadamente 74 mil habitantes (CODEPLAN, PDAD 2021). A CRE Sobradinho acompanha escolas do seu território da RA V – Sobradinho, da RA XXVI - Sobradinho II, da RA XXXI – Fercal, como poderá ser visto na Figura 16, além das informações presentes nas tabelas 25 a 28.

Tabela 41 – Caracterização geral a rede de Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho – SEEDF (2002).

Referências	Quantidade (número)
Escolas	13
Matrículas	3.280
Turmas	153
Salas de Aula	79
Profissionais da educação	480

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 42– Distribuição de Escolas por Tipo de Escola na Educação do Campo na Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho – SEEDF (2002).

Tipo de Unidade Escolar	Quantidade (número)
Centro Educacional (CED)	01
Centro de Ensino Fundamental (CEF)	01
Centro de Educação Infantil (CEI)	-
Escola Classe (EC)	11
Escola Parque (EP)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Tabela 43– Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Etapas/Segmento da Educação Básica da Coordenação Regional de Sobradinho – SEEDF (2002).

Etapas/segmento	Quantidade (número) *
Educação Infantil (EI)	10
Anos Iniciais (EF)	13
Anos Finais (EF)	02
Ensino Médio (EM)	01

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

** Algumas escolas podem oferecer mais de uma etapa da Educação Básica e/ou modalidades de ensino.

Tabela 44 – Quantitativo de Unidades Escolares da Educação do Campo por Modalidade da Educação Básica da Coordenação Regional de Sobradinho – SEEDF (2002).

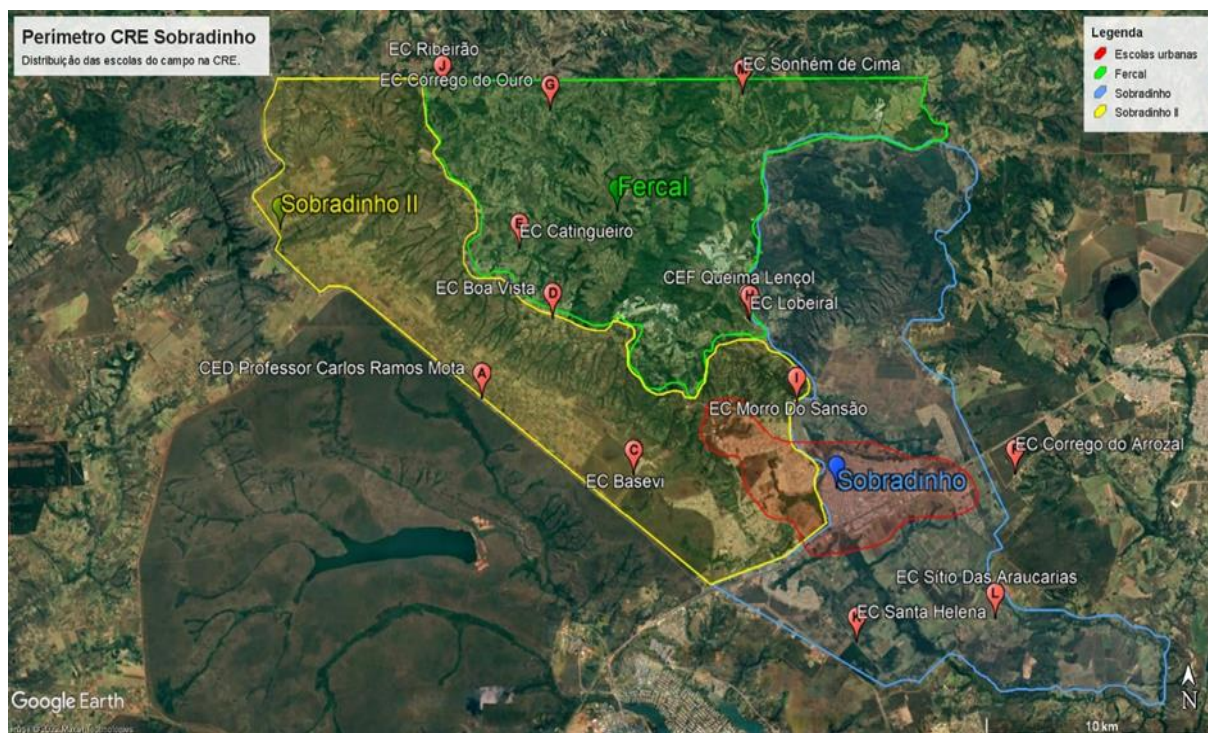
Modalidade	Quantidade (número) *
Educação Especial (EE)	01
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	01
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	-

Fonte: CENSO ESCOLAR DF (2021).

Podemos observar na Figura 16 que as escolas do campo parecem bem distribuídas por todo o território. As RA atendidas estão com perímetros diferenciados para uma melhor visualização e entendimento. As unidades escolares urbanas estão centralizadas abarcando as RA de Sobradinho e Sobradinho II e as escolas do campo estão, em sua maioria, no território da Fercal. Na divisa norte encontramos 3 escolas bem próximas ao município de Planaltina de Goiás e, possivelmente, uma grande porcentagem dos estudantes atendidos nestas unidades escolares pertencem a região goiana. Atenta-se ainda para a EC Córrego do Arrozal que, apesar de ser acompanhada pela CRE Sobradinho, está localizada dentro dos limites de Planaltina.

Nota-se que o número de escolas classe é significativo e que não é compatível com os números de CED e CEF para atender aos estudantes camponeses. Importa ainda destacar que as áreas rurais mais distantes da unidade escolar que oferta ensino médio podem chegar a 16,1 km de distância. Assim como observado em outras CRE é necessário um ajuste na organização das escolas e na ampliação de coordenações de ensino de acordo com as RA existentes na atualidade, bem como o aumento das escolas do campo para melhor distribuição entre elas.

Figura 16 - Perímetro CRE Sobradinho e localização de suas escolas do campo



Fonte: Google Earth (2022), editado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação da região onde hoje está o DF respeita três recortes históricos evidentes: o período indígena pré-colonial, a disputa entre bandeirantes e nativos para a ocupação colonial agropecuária, e a criação de Brasília. Este último, se caracteriza pelo empenho em apagar os registros organizativos das ocupações anteriores, com o objetivo de “modernizar” o torto Cerrado primitivo do Brasil Central.

A distribuição das Escolas do Campo no território do Distrito Federal é consequência direta da política de gestão do território camponês a partir de 1960, com a criação do novo ente federativo. A dinâmica socioterritorial modelou o perfil dos espaços, lugares e sujeitos, repercutindo também na gestão das políticas públicas educacionais, além de outros setores. E assim, seguindo o movimento migratório para comunidades camponesas específicas, entre as décadas de 60 e 80 foram criadas a maior parte das escolas na zona rural do DF.

No entanto, a pressão urbana sobre o território rural a partir dos anos 90, e intensificada irregularmente de 2000 em diante, imprimiu sensíveis desafios socioambientais à população camponesa. Consequentemente, para dar respostas pedagógicas aos desafios que se apresentam, as Escolas do Campo são convocadas a refletir sobre o processo histórico regional e compreender as dinâmicas socio territoriais das comunidades que fazem parte. Para isso, a Cartografia Social oferece ferramentas para investigar as escalas e dinâmicas dos territórios, com prognóstico de apontar caminhos pedagógicos e de gestão do espaço do Distrito Federal.

Diante da cartografia social levantou-se questões sobre a distribuição espacial das escolas na rede pública de ensino do DF, bem como diversos questionamentos sobre as escolas do campo no que diz respeito à geolocalização, distribuição no território e atendimento ao público do campo nas diferentes Etapas e Modalidades da Educação Básica, porém, nem todas as lacunas foram respondidas.

Foram identificadas diversas contradições que geram outros questionamentos, tais como: Qual a importância da identificação das fronteiras e suas implicações no contexto das escolas? Como tratar área de atuação das Coordenações Regionais de Ensino em contraponto às das Administrações Regionais? Existem sujeitos nos espaços “vazios” identificados nos mapas? Se existem, quem são e por que estão

invisibilizados? Qual a relevância da cartografia para a construção e elaboração do Inventário social, histórico, cultural e ambiental das escolas do campo do Distrito Federal? Como tratar das contradições encontradas a respeito das distâncias entre as escolas do campo e a clientela atendida, bem como a oferta de transporte escolar gratuito de qualidade? Como tais contradições podem impactar na identidade dos sujeitos das escolas do campo?

Todas as questões levantadas sinalizam quanto a necessidade de revisão, reorganização e aprofundamento do atendimento das Coordenações Regionais de Ensino do DF que são responsáveis pelas escolas do campo. Além disso, os resultados aqui apresentados contribuem com as comunidades escolares, pesquisadores e com a SEDF e com outros órgãos produtores de políticas públicas para os territórios camponeses do Distrito Federal. Por fim, fica evidente que outras questões acerca da temática da Educação do Campo no DF carecem de pesquisas em Educação e outras áreas do conhecimento.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, R. S. A. dos. BRASÍLIA – 50 YEARS OF URBAN TERRITORIAL DYNAMICS - Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.3, n.1 (2012),p.01:25 ISSN: 2177-4366.

ANJOS, R, S, A; OLIVEIRA, R de; BOLZON, A. C; OLIVEIRA, J. Monitoramento do Crescimento Urbano /em Brasília. Vetores de Expansão, Densidades Espaciais e Impactos Ambientais. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.6, n.2 (2015), p. 25:50 ISSN: 2177-4366. DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v6i2.219>.

AMADO, R. F. As Áreas Rurais do Distrito Federal: configurações territorial e distribuição das terra. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, p. 92, 2018.

BARBOSA, A. S; ARAÚJO, L. M. de. Pré-História do Cerrado. Revista Élisée, Revista de Geografia da Universidade Estadual de Goiás. v. 9, n. 2, jul./dez. 2020.

BRASIL. Censo Agropecuário 2006/2017. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2017.

CODEPLAN. Agricultura Familiar no Distrito Federal: dimensões e desafios. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2015.

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Brazlândia – RA IV. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2021. Atualizado em 09/07/2022. Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Brazlandia.pdf>>

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2021. Atualizado em 09/07/2022. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Ceilandia.pdf>

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Fercal – RA XXXI. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2018. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Fercal.pdf>

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Gama – RA II. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2021. Atualizado em 09/07/2022. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Gama.pdf>

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Núcleo Bandeirante – RA VIII. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2021. Atualizado em 09/07/2022. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Nucleo_Bandeirante.pdf

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Paranoá – RA VII. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2021. Atualizado em 09/07/2022. Disponível em: < <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Paranoa.pdf>>

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Planaltina – RA VI. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2021. Atualizado em 09/07/2022. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Planaltina.pdf>

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Samambaia – RA XII. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2021. Atualizado em 09/07/2022. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Samambaia.pdf>

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2018. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Urbano-Ambiental-Santa-Maria.pdf>

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2021. Atualizado em 09/07/2022. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Santa_Maria.pdf

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2021. Atualizado em 09/07/2022. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Sao_Sebastiao.pdf

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Sobradinho – RA V. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2018. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Sobradinho.pdf>

_____. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Relatório da Região Administrativa de Sobradinho – RA V. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2021. Atualizado em 09/07/2022. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Sobradinho.pdf>

_____. Síntese Estatística do Distrito Federal. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2021 Disponível em: <[http://infodf.codeplan.df.gov.br/sintese-estatistica/#:~:text=A%20S%C3%ADntese%20Estat%C3%ADstica%20tem%20por,PMS%20e%20Balan%C3%A7a%20Comercial\)%3B](http://infodf.codeplan.df.gov.br/sintese-estatistica/#:~:text=A%20S%C3%ADntese%20Estat%C3%ADstica%20tem%20por,PMS%20e%20Balan%C3%A7a%20Comercial)%3B)> Acesso em: 14/04/2022.
CORDEIRO, L. D; REIS, V. P. A Instalação das Escolas no Distrito Federal: Década de 1960. Dossiê Temático - Revista ComCenso. Cadernos RCC#25, volume 8, número 2; maio 2021.

_____. Escolas Pioneiras de Brasília: A instalação das primeiras instituições educacionais até a inauguração da nova capital. Dossiê Temático - Revista ComCenso. Cadernos RCC#20, volume 7, número 1; março 2020.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal — PDOT e dá outras providências. Disponível em: <<https://legislacao.cl.df.gov.br//Legislacao/consultaNormaJuridicaNJURParaTextoLei-149592!buscarNormaJuridicaNJURParaTextoLei.action;jsessionid=BA5B7C9B92DE9CB6A85E33CEF3D2C14A>> Acesso em: 18/03/2022.

_____. Atlas do Distrito Federal. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2020.

_____. Portaria nº 419 de 20 de dezembro de 2018, institui a Política de Educação Básica do Campo, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/22f15cb7822041529f2ab74109468f12/Portaria_4_19_20_12_2018.html.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Censo Escolar DF. Dados 2021. Disponível em: <<http://dadoseducacionais.se.df.gov.br/bi.php>>. Acesso em: 12/08/2022.

_____. Projeto Político Pedagógico da Escola Classe Guariroba. Brasília: SEEDF, 2021. Disponível em : <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/ppp_ec_guariroba_samambaia.pdf> Acesso em: 14/04/2021.

_____. Projeto Político Pedagógico da Escola Parque da Natureza de Brazlândia. Brasília: SEEDF, 2022. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/ppp_escola_parque_da_natureza_brazlandia.pdf> Acesso em: 04/09/2022.

_____. Plano Diretor de Ordenamento Territorial: documento técnico. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), 2017.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. A origem do sistema educacional de Brasília: Criação do CASEB, 22/12/1959. Brasília: Departamento de Planejamento Educacional, 1984, p.17. Disponível em: <http://samudex.museudaeducacao.com.br/uploads/store/document/1156/docimage/original-4b51d02cd11cfc58a552c063c6a451ac.pdf>. Acesso em 22/05/2022.

EMATER. Informações Agropecuárias do Distrito Federal - 2020. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF - EMATER. Brasília: EMATER, 2020. Disponível em: <<https://emater.df.gov.br/informacoes-agropecuarias-do-distrito-federal/>> Acesso em 18/03/2022.

PAVIANI, A. Geografia Urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. Revista Espaço e Geografia, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 1–22, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39785>> Acesso em: 14/5/2022.

PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio. Um recorte em território artificializado: agricultura familiar e comercialização na Feira dos Goianos - Gama/DF. 2010. xii, 194 f., il. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ROCHA, M. S. da. Ator principal ou coadjuvante? O papel do planejamento urbano oficial na ocupação do território do DF. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, p. 281, 2021.

SILVA, E. M. da. O Primeiro Mapa do Distrito Federal do Planalto Central do Brasil: um ilustre desconhecido. *In*: Simpósio de Brasileiro de Cartografia Histórica, 3º. 2016.

Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 73 - 84.
Disponível em:
<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/Anais_3SBCH_2016_final.pdf> Acesso em: 5, ago. 2022.

SOARES, Felipe Herrero. Distribuição da produção agrícola no Distrito Federal conforme as regiões administrativas. 2018. 55 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

COSTA, Natane Oliveira da. Cartografia Social Uma Ferramenta para a Construção do Conhecimento Territorial: Reflexões Teóricas Acerca das Possibilidades de Desenvolvimento do Mapeamento Participativo em Pesquisas Qualitativas. Edição Especial: V ACTA Geográfica, Boa Vista, V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental e Gestão Territorial-Fortaleza-CE, 2016. pp.73-86.